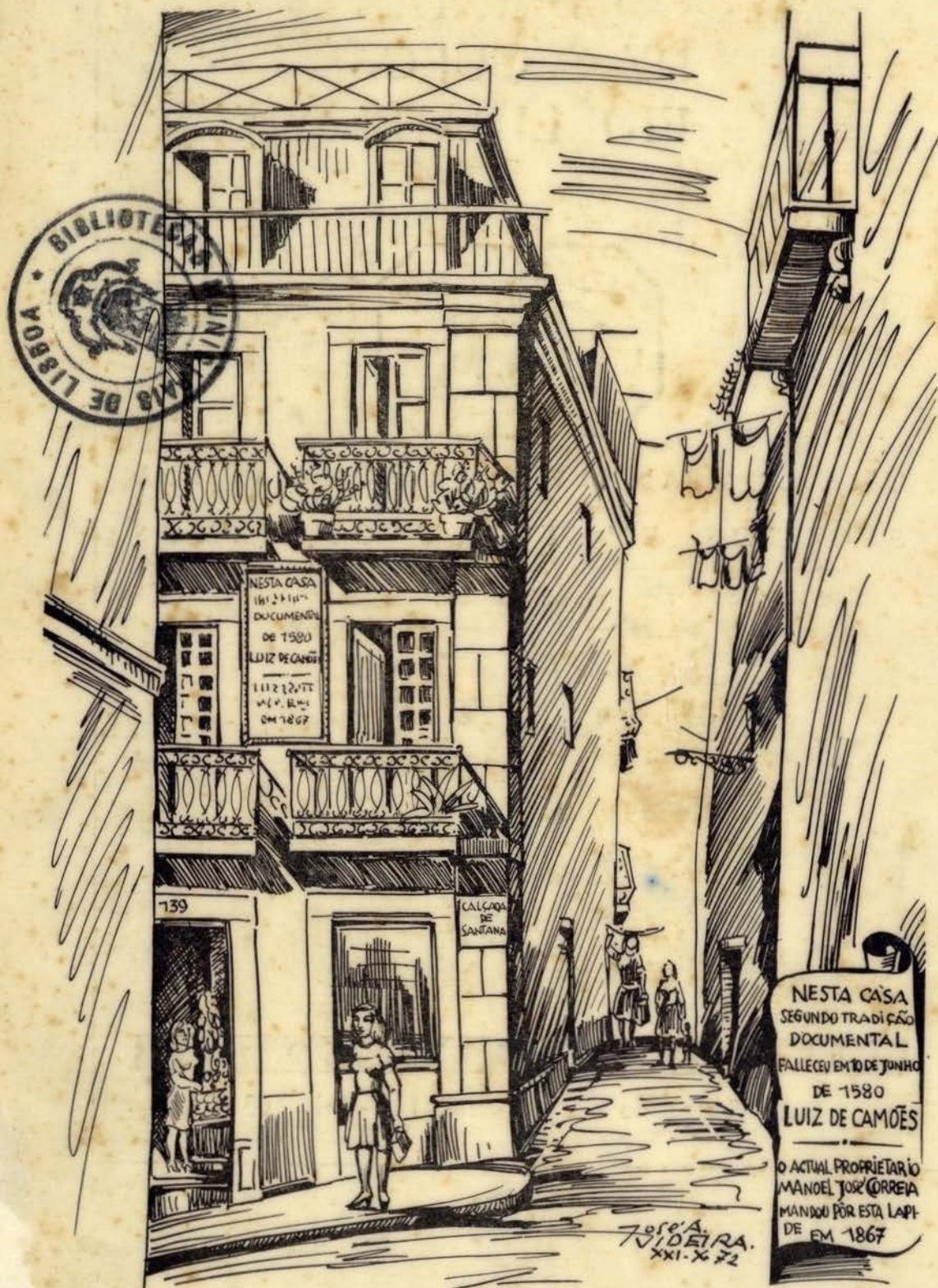


OLISIPO

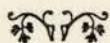
Boletim do
Grupo Amigos de Lisboa



COMPANHIA
DE SEGUROS
FIDELIDADE



UMA COMPANHIA PARA TODA A VIDA
SEGUROS EM TODOS OS RAMOS



CORRESPONDENTES EM TODO O PAÍS

Sede: Largo do Corpo Santo, 13—Tel. 30321

Oferta

27. JUL. 1988

M.

OLISIPO

ANO XXXV

JANEIRO/JUNHO DE 1972

NÚMERO 134

Direcção, Edição e Propriedade
do

GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º - Tel. 32 57 11
Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - R. Voz do Operário, 5-A

DIRECTOR: DOUTOR EDUARDO AUGUSTO DA SILVA NEVES

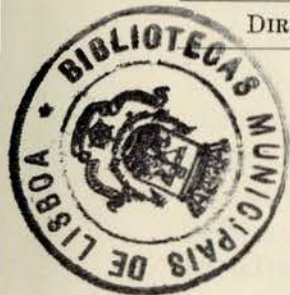
SUMÁRIO

	Pág.
CAMÕES EM LISBOA pelo Dr. Paulo Caratão Saromenho	3
O SIM E O NÃO DA ALMA PORTUGUESA pelo Dr. Leonel Ribeiro	16
A ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA ESCADA NAS SUAS RELAÇÕES COM A IGREJA E O CONVENTO DE S. DOMINGOS pelo Dr. Manuel H. Lourinho	32
A FONTE SANTA — NA LENDA E NA HISTÓRIA por Abílio Mendes do Amaral	46
RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA REFERENTE AO ANO DE 1971	65

CAPA: A casa onde, segundo a tradição documental, faleceu, em
10 de Junho de 1580, Luís de Camões

VINHETAS DE José Videira e Figueiredo Sobral

Distribuição gratuita a todos os sócios
Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores



CORPOS GERENTES DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Triénio 1970/72

JUNTA DIRECTIVA

Presidente — Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves
Vice-Presidente — Dr. Álvaro do Amaral Barata
Secretário-Geral — Dr. José Cassiano Neves
Secretário-Geral Adjunto — Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho
Tesoureiro — Inocêncio Castelhana
Vogais — Dr. Paulo Caratão Soromenho
Padre Francisco dos Santos Costa
Arq.^a Dr.^a D. Anna-Maria Pereira da Gama

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente — Dr. V. M. Braga Paixão
Vice-Presidente — Professor Armando de Lucena
1.º Secretário — Joaquim Pascoal Rodrigues
2.º Secretário — Marcial Pereira Mendes

COMISSÃO DE CONTAS

Presidente — Cor.-Art. Francisco P. de Lacerda Machado
Secretário — Hygino Nunes da Silva
Relator — Dr. Francisco Gonçalves Couto Santos

C A M Õ E S E M L I S B O A

pelo DR. PAULO CARATÃO SOROMENHO

DECERTO que um dos encantos proporcionados pelas figuras ilustres do Passado reside na reconstituição dos passos da sua existência — a estrada da vida que elas fizeram e que as fez. E quando a névoa do esquecimento envolve muitos dos momentos, por nós agora julgados fundamentais na evolução das suas acções ou esclarecedores do seu carácter, o mistério inspira-nos a imaginação, impulsiona-nos a fantasia. É então que a biografia de quantos provocam o nosso entusiasmo ou o interesse ou a curiosidade se enriquece a ponto de criarmos o drama, o romance, o poema, a novela. Se a personagem alcança as alturas atingidas pelos génios, a reconstituição torna-se tarefa colectiva, obra das gerações, em que colaboram os escritores e a gente comum. Isso acontece a Camões. O trabalho da tradição e as hipóteses dos eruditos, o laconismo dos documentos e a ficção dos literatos concederam-nos um Poeta tão vivo, tão real — como se ele fora o herói que se consagrou nas lutas do Nove de Abril, o santo que víamos curvado na rua passar perante o nosso respeitoso carinho, o sábio que atravessou os ares desde Lisboa ao Rio de Janeiro, o artista que animou pela cor o Grupo do Leão, o pensador que explicou em prosa e exprimiu em verso a filosofia do saudosismo...

Vamos pois procurar Camões na intimidade dos recantos lisboetas, no soalheiro das ruas ou na sombra amável das casas, na penumbra das igrejas e na largueza das praias. Deixemos que a lenda se una à História, que o sonho abrace a realidade, que o provável encontre o possível — para que vejamos o Poeta como ele era e foi, como o recriaram Garrett e António Soares, Vítor Bastos e Columbano, como o retratou Fernando Gomes ou como o descreveram os amigos da Índia ao pintor oriental. Esta foi experiência que já tentei — com os receios de quem se conhece limitado, mas com o atrevimento de quem sabe que o tema pode salvar — na preparação de duas palestras, subordinadas aos títulos de «Sítios Camonianos de Lisboa» (na Escola Comercial do Ateneu Comercial de Lisboa) e «Biografia Lisboeta de Camões» (no Externato de Clenardo). Nelas segui, de certo modo, a orientação de outros trabalhos que se

enquadram no mesmo conjunto: *D. Nuno em Lisboa; Caminhadas Lisboetas de Gil Vicente; Biografia Lisboeta de Bocage e Bocage e o Homem da Rua* — descobrimento ou redescoberta de locais vinculados às personagens evocadas, e tentativas para esclarecer a interpretação popular dessas figuras.

A lenda, quer construída pelas tradições quer architectada pela pena das gentes dedicadas às Letras, ficou dominante no presente escrito. Claro que seria natural admitir que Camões conheceu e visitou, por exemplo, a Sé, a Igreja da Misericórdia (Conceição Velha), os Jerónimos e a Torre de Belém... simplesmente, de tal não há indícios, pelo que os pus de lado, como a muitos outros pontos lisboeses do século XVI. E então seguindo o critério indicado — depararam-se referências, que se agruparam pelas duas fases da vida camoniana em Lisboa: antes da partida para a Índia (em Março de 1553) e após o regresso (em Junho de 1570), e um terceiro conjunto, o das homenagens ao ar livre, digamos. São válidas, portanto, pois umas correspondem a circunstâncias autênticas, outras serão aceitáveis pela «autenticabilidade», neologismo com que desejo designar o jogo de probabilidades, fundamentadas no que anda nas bocas do Povo, ou que a informação culta garante. Ora, pois.

1. A Lisboa que Camões conheceu teria seus lindes, em linguagem actual, definidos pelo Cais do Sodré, Alecrim, São Roque (já com desvios para Santa Catarina, Bairro Alto e talvez Rua de D. Pedro V), Salitre, Restauradores, Anunciada, Mouraria, Santana, São Lázaro, Rua da Palma, Santo André, o Monte, a Graça, São Vicente, o Paraíso e Santa Apolónia. Esta é a moldura que a minha retentiva fabricou, a fim de, dentro dela, encontrar algures um sítio onde D. Ana de Sá terá doado ao Mundo o «corpo da maior alma que deitou Portugal». Esse corpo e essa alma, em 56 anos de vida comum, por aqui caminharam (descontado, pois, o tempo de Coimbra, Ribatejo, Ceuta, Índia, Extremo Oriente e Moçambique) cerca de 33, conforme calculo: a capital, de resto, está muito presente por toda a obra. Aceite-se que nasceu em *Lisboa* (ou ainda no distrito...) com a antecipada certeza de que tal berço, muito ilustre, ainda é pequeno para tal homem: Portugal será mais certo ⁽¹⁾.

(1) Do documento que assinala a partida do Poeta para o Oriente parece depreender-se que morava com seus pais na Mouraria, de Lisboa: quem sabe se teria sido aqui o berço de Camões!



A Lisboa que Camões conheceu (Gravura de Bráunio, de 1572)

2. Regressado dos estudos de Coimbra e das belezas do Mondego, temo-lo de novo por cá, numa vida cheia de esperança, com estúrdia e com travo, visitando os melhores e os piores lugares. *Alfama* já era então atraente, pelo que o Poeta se lhe refere duas vezes, com prólóquios que, curiosamente, se completam. Na *Carta III*, conta o Poeta



A Alfama por onde Camões deambulou (Gravura de Bráunio, de 1596)

que certa mulher, não aceitando o isolamento, e receando opiniões desfavoráveis, declara ir mudar o rumo da vida «[...] onde não digam os de Alfama que não tenho guardador». E em *Anfitriões*, um mancebo apaixonado e não correspondido (cena III) ameaça a ingrata:

*Pois, Senhora, a quem vos ama
Sois tão desarrazoada,
Quero tomar outra dama:
Que não digam os de Alfama
Que não tenho namorada.*

Esta gente do meu sítio havia de ser de uma tal força...

3. Talvez possa reconhecer-se outra reminiscência alfamense, quando também na *Carta III* o Poeta fala de «um mouro da estrebaria do Carneiro», pois parece antes um local do que um apelido: o sítio ainda hoje famoso do *Beco do Carneiro*, estreitíssima passagem entre a Regueira e Santo Estêvão, onde se uniram os telhados das casas que a formam, por efeito, talvez, de tremores de terra.

4. Neste mesmo ponto, a metros de distância, fica a *capela*, de origem quinhentista, actualmente conhecida pela invocação de *Nossa*



*Porta quinhentista da Capela dos Romédios
(Fotografia de Eduardo Portugal)*

Senhora dos Remédios, dos Pescadores e Homens do Mar de Alfama (e que durante longo tempo se designou por Espírito Santo). Nela, como é de regra nos templos ligados à vida no mar, teve amplo culto Santa Clara, e também aqui muito particularmente São Pedro Gonçalves Telmo (cujas imagens ali se veneram). As homenagens ao infatigável protector dos marujos e pescadores, que na noite, com a sua vela, ia alumiar a costa negra, eram célebres, e Camões refere-se-lhes (*Carta IV*), lembrando como os marinheiros acudiam «à festa de São Frei Pêro Gonçalves».

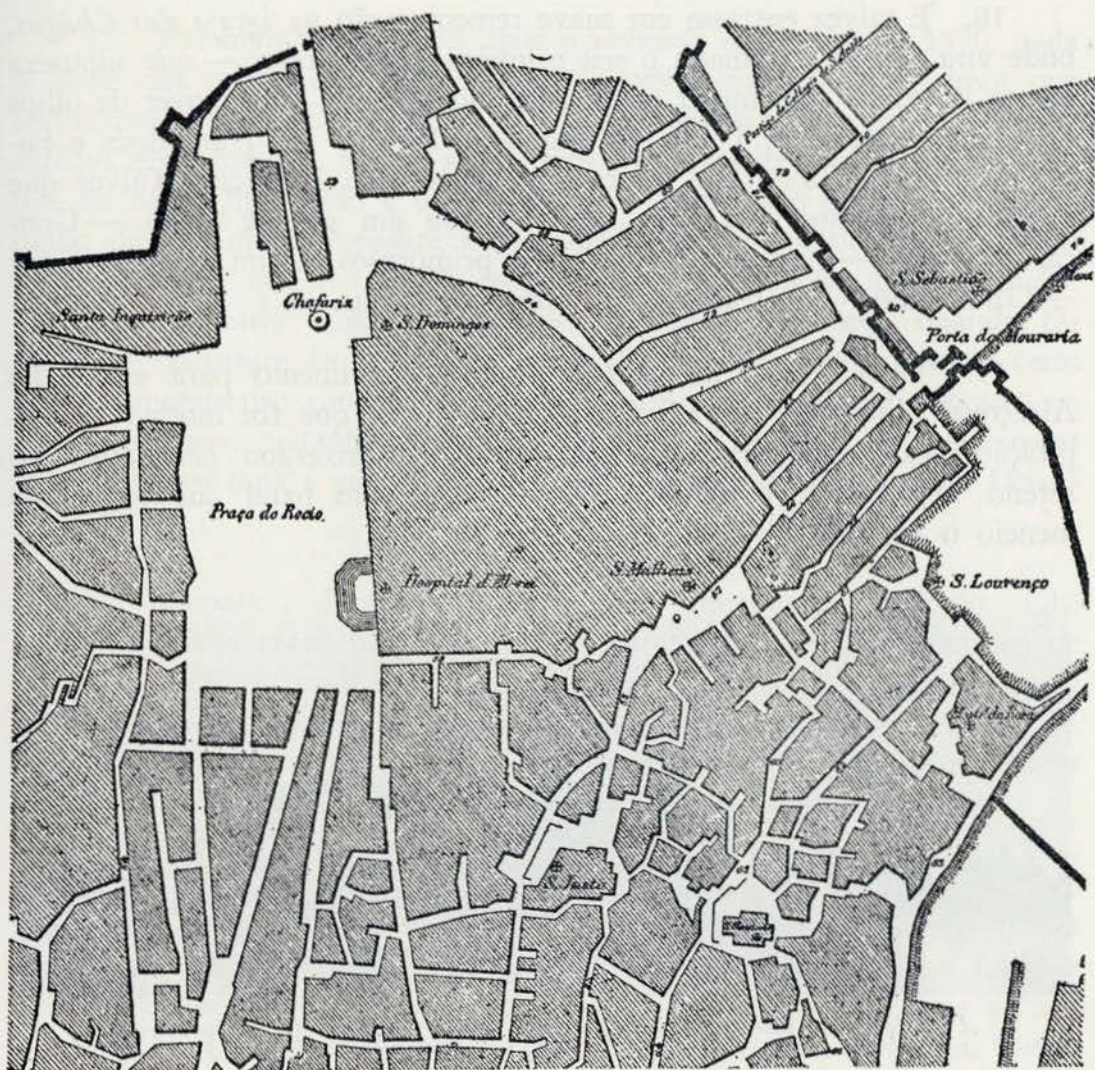
5, 6, 7, 8, 9. Na *Carta II* há alusões claras a alguns edifícios religiosos lisboenses, todos eles ainda nestes dias nossos facilmente localizáveis: «[...] as quartas-feiras em *Santa Bárbara*, as sextas em *Nossa Senhora do Monte*, os sábados em *Nossa Senhora da Graça* [...]»; «também cozem neste forno frades de *São Francisco* [...] e assim os de *Santo Elói* [...]». Já não me atrevo a identificar «como são umas beatas de São Domingos e outras que conversam os Apóstolos» com a «igreja de...» e o «Beco dos...».

10. Num extremo de Alfama — na Ribeira Velha — espalhava-se o *Malcozinhado*, que o Poeta aproveita para [*Carta II*] evocar «[...] e lhe pus nome o Malcozinhado, porque sempre achareis nele que comer, quer bem quer mal».

11, 12, 13. Na *Carta III*, é possível que se veja citado o caso ocorrido com Gaspar Borges Corte Real — de tão graves consequências para o futuro do Poeta — em 16 de Junho de 1552: «Vosso comborço Denis Boto foi espancado nesse *Rossio* numa boca da noite [...]». E porque este senhor não cuidasse que era *solus peregrinus in Jerusalem*, lhe fez companhia daí a uns dias Gaspar Borges Corte Real, à *porta de Pêro Vaz*.»

Se assim é, este Pêro Vaz moraria pelo Largo de São Domingos ou começos da *Rua das Portas de Santo Antão*, onde é de supor que se deu o conflito.

14. Creio não ser identificável o tronco para onde levaram o Poeta; contudo das portas lisboetas de Santo Antão (ao Beco do Forno actual) até o *Pátio do Tronco*, traseiras da Rua dos Condes, «tudo é caminho chão». Admitamos que ali esteve Camões até 7 de Março de 1553, dia do recebimento da carta de perdão.

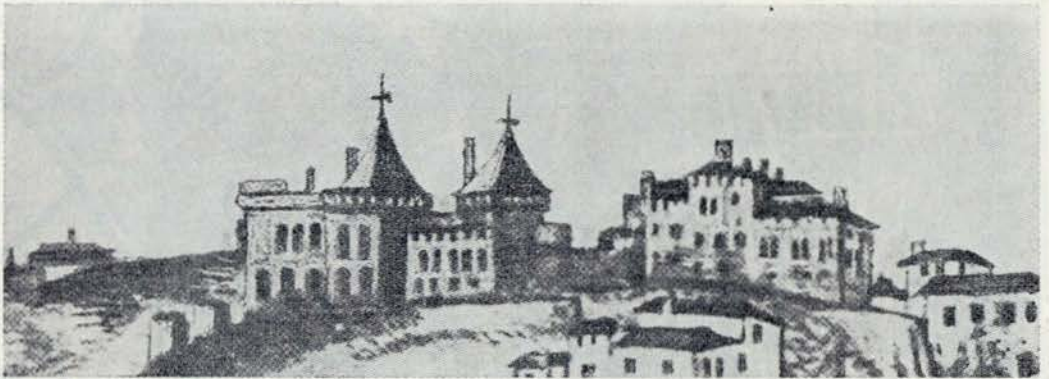


*O Rossio, São Domingos, Santo Antão e Mouraria: sítios camonianos
(Planta de Tinoco, de 1650)*

15, 16, 17. As três semanas seguintes, em que preparava as suas coisas e aguardava o dia da partida, talvez fosse contemplar, com jeito de despedida saudosa, as janelas dos Paços de *Santa Clara*, de *Enxobregas*, da *Ribeira* — onde lhe ficavam os olhos da alma nas recordações da Senhora Infanta e de outras senhoras que ali o ouviam com admiração e o animavam com boas palavras, onde os amigos o abraçavam e prediziam grandezas e glórias, onde já os invejosos teciam suas redes.

18. E talvez entrasse em suave rememoração na *igreja das Chagas*, onde vira pela vez primeira o seu primeiro grande amor — que supusera eterno, antes de contemplar na Infanta Dona Maria «um mover de olhos brando e piedoso [...] um riso brando e honesto [...] um doce e humilde gesto [...]» — essa agora quase esquecida Natércia. Talvez que o encontro tivesse sido pura fantasia, que um grande poeta — Gonçalves Crespo — descreveu em versos primorosos, e um grande pintor — Columbano — reproduziu em linhas delicadas.

19. Teria subido ao *Castelo* e, sem atrevimento para entrar na Alcáçova, olhou das muralhas a grande cidade, que foi motivo de inspiração lírica e de arrebatamento heróico, e enxergou «ao longo do sereno Tejo, suave e brando» (*Ecloga II*), «um batel que com doce meneio o aurífero Tejo dividia [...]».



A Alcáçova no monte do Castelo de São Jorge (Gravura de Simão Beninc, dos princípios do século XVI)

20. E nesta despedida dolorosa, perdeu seus passos na *Rua Nova*, a que se refere no *Auto de El-Rei Seleuco*, onde terá entrado «em casa do boticário», para abraços de amizade.

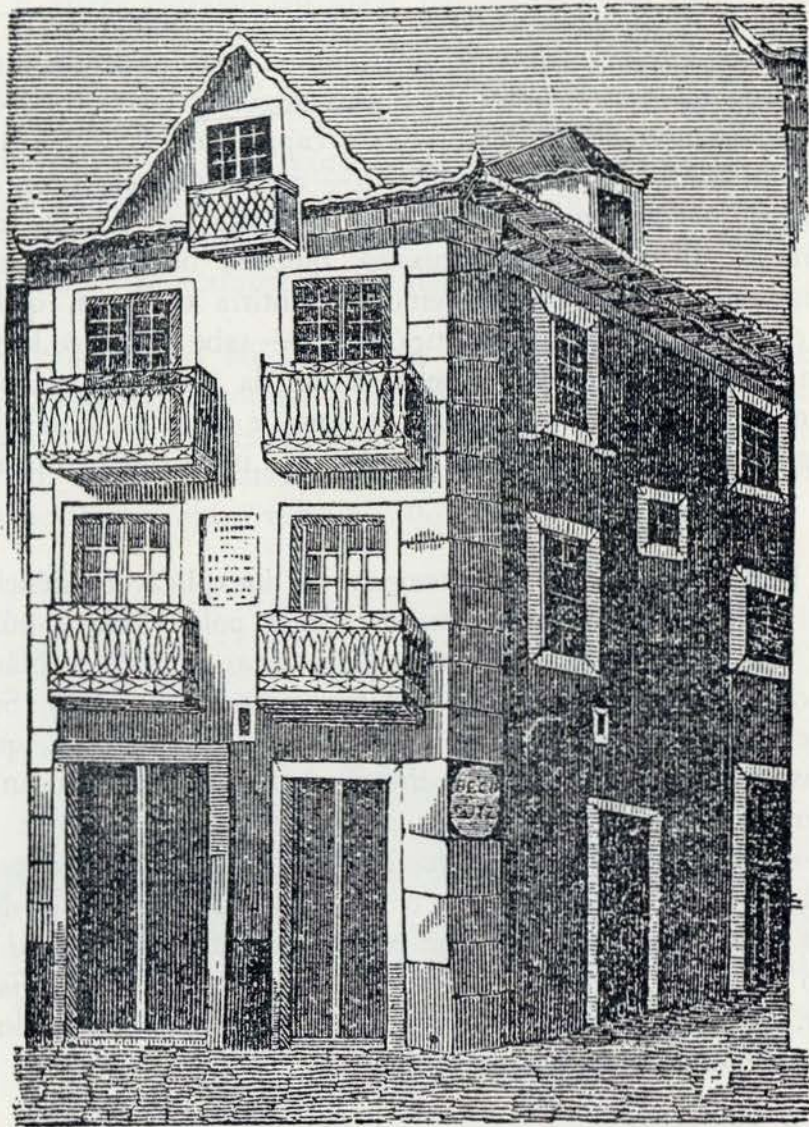
21. Até que chegou o dia da partida. E então Camões entendeu, como nunca, os marinheiros e o Gama, na hora triste do abandono, quando às doloridas palavras das mães, das esposas, das irmãs, dos velhos e dos meninos «os montes de mais perto respondiam, quase movidos de certa piedade [...]». Nessa *praia do Restelo*, o Poeta imaginava, agora, as falas duras de «um velho de aspeito venerando». Foi a última visão da terra portuguesa que na mente lhe permanecerá, na longa ausência.

22. Por mais de um ano, após o regresso em Junho de 1570, nada se sabe das caminhadas lisboetas de Camões, mas podemos supor que andou nas suas tarefas de limar no Poema supostas ou admissíveis rugosidades e de corrigir, aqui e além, versos capazes de sofrerem sob a crítica da Santa Inquisição e do Ordinário — começando ele próprio o trabalho desgostante da censura antecipada; e ainda nas pesadas andanças de requerente, quantas vezes recusado, quantas outras mal acolhido! Um extraordinário momento de emoção sentiria o Poeta, quando *Os Lusíadas* chegaram às mãos dos tipógrafos — sabe Deus o lugar certo onde o manuscrito começou a receber a luz da impressão! Decerto na *Baixa*, conjunto estranho e singular de lojas e oficinas, pois que nelas se congregava toda a vida material e culta da Lisboa quinhentista. Decorria 1572.

23. Depois... depois vêm tempos de inexplicável silêncio. Oh! Senhores! Pois então ninguém deu na altura pela vinda a público de tal obra? «Sim», podemos concluir, pelas *duas* edições. «Não», pela falta de opiniões sobre o Poema. «Sim», pela tença de D. Sebastião. «Não», pela gélida indiferença dos contemporâneos do Poeta, que assim lhe «pagavam» a superioridade indiscutível e o orgulho irritante.

Isolamento, algumas honrarias sem comedorias, velhice precoce, doença — tudo ficou simbolizado na lenda do jau António que, pedinte pelas ruas lisboetas, esmolava para o Poeta. Deste período da biografia camoniana apenas «sabemos» o que nos conta Garrett (no *Frei Luís de Sousa*) do encontro do Poeta com Telmo Pais à porta da *igreja de São Domingos*. À força de recriar a cena, que o «Divino» fantasiou, sou já crente de que «tudo» se passou assim...

24. Por meados do século passado, a erudição descobriu que a casa onde Camões fechou os olhos à luz ficava em lugar mais ou menos determinável da *Calçada de Sant'Ana*. Um proprietário do sítio, Manuel José Correia, por sinal meu parente, e ali dono do prédio que, pelo pitoresco, parecia o mais antigo, «decidiu» que era a sua moradia a mesma, a mesmíssima do Poeta. E na altura em que Lisboa prestava a sua homenagem ao épico, com a inauguração da estátua, em 9 de Outubro de 1867, o meu primo Correia mandou colocar uma lápide com os dizeres seguintes: «Nesta casa, segundo a tradição documental, faleceu em 10/6/1580 Luiz de Camões. O actual proprietário, Manoel José Correia, mandou pôr esta lápide em 1867.» A atribuição foi reconhecida



A Casa onde Camões terá falecido... (Reproduzida da História de Portugal, de Pinheiro Chagas)

pelo homem da rua; contudo, os eruditos acabaram por negá-la, e para tanto quiseram ver os *Dispersos*, de Vieira da Silva (II, 269-273). E se o acaso tivesse dado razão a Manuel Correia? A quatro séculos de distância, Deus sabe!

25. Em 1925, se bem creio, outra lápide informa de que os restos mortais de Camões estiveram *ali*, no antigo *templo de Sant'Ana* (no

xv vol., pp. 32-33, do *Dicionário Bibliográfico*, de Inocêncio, lê-se algo de interesse sobre o assunto; e no II vol., pp. 273-277, dos *Dispersos*, de Vieira da Silva).

A Junta Directiva do Grupo dos Amigos de Lisboa já resolveu consagrar o Poeta no mesmo local.

26. Desaparecido Camões em 10 de Junho de 1580 (data geralmente aceita), a notícia correu. Podem agora manifestar-se os prantos à vontade, e as provas de saudade, de admiração, etc. — que ele agora já não incomoda ninguém. Mas contemos ainda com a dedicação sincera de alguns. E meses depois chegou a notícia à Índia. E então dá-se o caso extraordinário: quatro amigos unem-se para a mais comovente cena de amizade pelo Poeta. Deram notas, explicaram por palavras, ter-se-ão, num ou noutro caso, atrevido a fazer traços para que um artista oriental reconstituísse o retrato de Camões. E o Poeta surgiu... ressurgiu, ressuscitou ao calor daquele sentimento tão forte dos quatro amigos. Encontra-se hoje no *palácio da Anunciada*, conhecido pelo título do seu falecido proprietário, Marquês de Rio Maior.

27, 28. Em 1867, Lisboa impressionada assistiu à primeira grande manifestação pública e nacional em honra de Camões: *a estátua*, que Vítor Bastos esculpiu, sobrepondo-o aos homens ilustres contemporâneos do Poeta — concepção plástica que se encontra expressa no sonetinho de João de Deus: «Camões comparado aos mais escritores, nem entre os maiores foi sempre igualado [...]. Qual deles lhe ganha? Os mais são colinas, ele é a montanha.» O sítio do monumento chama-se *Largo de Camões*.

29. Eis que por 1880, antes ainda, a figura de Camões desperta o fervor patriótico, estimula as emoções, anima os zelos nacionais, impulsiona as energias. E faz-se o movimento geral, então de consequências imprevisíveis, mas que foi endez para uma renovação nacionalista.

Os dois grossos volumes de Inocêncio informam-nos, larga e útilmente, de quanto se passou para a comemoração do terceiro centenário da morte do Poeta, e de tudo ficou como ponto culminante a deposição dos «ossos prováveis» (no dizer de António Nobre) ou dos «supostos ossos» (assim os qualificou D. Thomaz de Mello Breyner nas suas *Memórias*, II, 17) no seu belo túmulo manuelino, trabalho de Costa Mota, nos *Jerónimos*, onde chegaram no dia 8 de Junho.



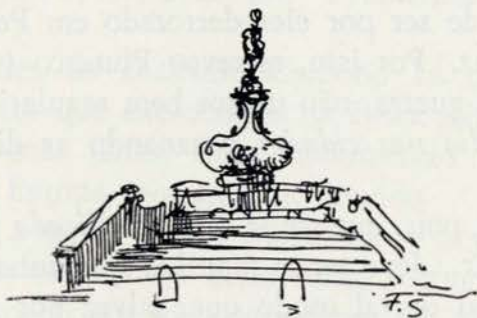
O retrato de Goa, de 1581

30, 31, 32, 33. Se a recordação nas esquinas dos arruamentos tem normalmente algum significado (e *normalmente*, porque para a generalidade das pessoas a maioria dos nomes assim consagrados não passa de «ilustre gente desconhecida»), o nosso épico permanece muito e bem consagrado na toponímia citadina: além do Largo de Camões, citado sob o n.º 28, a Câmara Municipal de Lisboa dedicou-lhe, também, a *Rua Luís de Camões*, a *Rua de «Os Lusíadas»*, a *Rua Jau* e, noutra dimensão, o *Bairro Camões*.

34, 35. Das instituições que, como designação geral ou aplicada a departamentos, têm na capital evocado Camões, aquelas que mais próximas se encontram do público, pelas funções e pelas pessoas mais cultamente influenciadas são o *Liceu de Camões* e o *Externato de Luís de Camões* — os quais, pelo seu prestígio indiscutível, não desmereceram o patrono.

36. Finalmente, ousa afirmar que de todos os processos dignificantes de Camões, nenhum alcança o poder evocativo e a grandeza consagratória do cenotáfio no *Panteão de Santa Engrácia*. O Poeta, memorado entre alguns dos portugueses que revolucionaram a Civilização e a Cultura, tem aqui e agora a melhor homenagem.

Eis-nos no fim desta resenha, que não será enfadonha, apesar de quem a escreveu — pois o seu interesse aliciante nos concedeu uma jornada com o Poeta que, em si, pela vida e pela obra, simboliza a terra sagrada de Portugal.



O SIM E O NÃO DA ALMA PORTUGUESA

palavras do DR. LEONEL RIBEIRO
no Grupo «Amigos de Lisboa»

O prestigioso Grupo «Amigos de Lisboa» teve o propósito de trazer a sua contribuição às comemorações do IV Centenário da primeira publicação de «*Os Lusíadas*».

Coube-me a nós, seguramente à falta de melhor, trazer àquele desígnio a nossa modesta participação. O tema que vamos tratar, talvez de algum interesse apenas por se apresentar com um título bastante original, foi-nos sugerido pelo comportamento da nossa Lisboa, face à ocupação romana, que neste local tivemos a honra de tratar e que V. Ex.^{as} já conhecem através do nosso «Boletim» e da respectiva Separata.

Na verdade, e como então ali dissemos, as fontes clássicas nada nos dizem que possa relacionar-se com a conquista romana de Olisipo: a cidade aparece-nos, desde as primeiras notícias, em claro entendimento com as autoridades romanas, tanto mais que mereceu a grande honra de muncípio romano, possivelmente concedida por Júlio César quando, em 61 a. Cr., chegou à Lusitânia como pretor, e onde, depois de perseguir os lusitanos e de ser por eles derrotado em Peniche, com eles preparou a desejada paz. Por isso, escreveu Plutarco (César, 12): «Se bem compôs as coisas da guerra, não menos bem regularizou as da paz, *restabelecendo a concórdia nas cidades* e sanando as diferenças entre devedores e credores.»

A nossa Lisboa, pois, que *tinha sido fortificada* por Bruto, o Calaico, a partir de 138 a. Cr., deve ter-se mantido quietinha ante as arremetidas de César e colaborou de tal modo que, talvez por isso, mereceu aquela grande honra de Município romano (governo autónomo sem estipêndio, nem guarnição)!

Esta ideia de colaboração habilidosa com um inimigo, no caso, completamente invencível, fez-nos recordar a prudência do «Velho do Restelo» e, como se tratava de Camões, levou-nos a procurar casos semelhantes: — Daí o *Sim!* e o *Não!*



Mas a *Alma Portuguesa*, — ideia ou sentimento completamente indefinível e que não pode traduzir-se em palavras — para nós, para a nossa maneira de ver, meio arqueólogo, meio historiador — tem raízes muito profundas, muito mais profundas do que habitualmente se pensa:

Para nós, a *Alma Portuguesa* está ligada a esta terra em que felizmente nascemos, há mais de cinquenta séculos, talvez desde que o homem soube fazer vida social juntando-se em povoados, (cidades).

Na verdade, e para quem o quizer ver, a ocupação pré-histórica e histórica do nosso pequeno território, apresenta, sempre, aspectos de continuidade e, decerto, não é dos menores o facto concreto, seguro, de, através de todas as circunstâncias e por cima de todas as passageiras ocupações estranhas, se manteve até hoje, sem se perder, um grande número de nomes de lugar, de rios e de serras, transmitidos de pais a filhos, muitos dos quais foram postos, seguramente, há para cima de três mil anos, se não, mesmo, de quatro mil!

Porque assim é e porque assim pensamos, a busca do *sim* e do *não* da *Alma Portuguesa* foi muito mais longe do que, normalmente, se poderia calcular:

PROFUNDEZAS DO PASSADO

Resultados recentes do chamado Carbono 14 deram, para alguns monumentos megalíticos que explorámos na Beira Alta datas entre 3100 e 2800 a. Cr. Com essas datas, esses monumentos devem ter-se como dos mais antigos da Europa, portanto do mundo.

Continua, assim, a seguir-se e a consolidar-se a velha teoria de que esses monumentos são originários desta terra portuguesa e que, daqui, se fizeram irradiar e copiar por três continentes, por todo o velho Mundo.

Para nós, foi esse o grande primeiro *sim* da *Alma Portuguesa!* Mas ai! — aqueles grandiosos monumentos que ao «povo nescio» se apresen-

tavam como poderes sobrenaturais dos seus construtores e para a eternidade, desabaram e partiram como se fossem castelos de cartas e vasos de vidro! Tudo perdido, aniquilado a tal ponto que entre Tejo e Douro a vida parou por séculos; mas os poucos sobreviventes, vergados sobre si próprios, passaram ao Alentejo, aguentaram, continuaram, sobrevivendo, e fizeram o *primeiro não!*

Mais tarde, passado mais um milénio, florescia no macisso alentejano-algarvio uma cultura famosa com «leis escritas e uma literatura em prosa e verso com mil anos de antiguidade» — a cultura cinético-tartésica. Para além do eco famoso, as muitas dezenas de inscrições lapidares alentejano-algarvias, — *as inscrições alfabéticas mais antigas do Mundo*, são a prova mais provada desse outro grande *sim!*

E foi outra vez a natureza, como que invejosa de tais glórias, que pôs um salto. Sismos, transgressões, ruínas, talvez a explosão da Ilha de Tera (Santorino), talvez o afundimento da sempre intrigante Atlântida — tudo arrasado, aniquilado, perdido... Um *não* salvador aparece ainda! A vida segue, continua e sobrevive na alma e nos nomes dos seus lugares:

É outro *não* salvador!

E a vida prossegue:

Vêm os gregos, que negociam.

Vêm os fenícios que comerciam com Salomão as primícias do Algarve; vem os púnicos que contratam mercenários para as suas lutas com os romanos...

São os primeiros que, por Tito Lívio, ocasionam referências à Lusitânia: Aníbal, ao transpor os Pirinéus, diz aos Lusitanas mercenários que levava no seu exército (218 a. C.):

«Bastante haveis perseguido rebanhos pelos montes da Lusitânia e da Celtibéria sem ver por isso nenhuma recompensa de tantos perigos e fadigas; tempo é já, pois, de que façais uma guerra mais rica e proveitosa e consigais o prémio do vosso trabalho.»

(Liv. 21, 43)

O Mundo mudara muito: durante séculos homens e coisas — Terra e Mar — estiveram em transformações caóticas e profundas. A grei oci-

dental submergida, arrasada, perdida a sua forte organização social, perdido o seu escol intelectual e técnico, agarrada as suas tradições agora ultrapassadas, sem cabeça, foi presa fácil das novas forças que começavam a organizar-se.

Os marinheiros comerciantes de Cartago, obrigados a lutar contra o crescente poder romano vieram assalariar guerreiros à terra lusitana, agora sem unidade e apenas com pequenos chefes locais.

Atrás do recrutamento de mercenários vieram os próprios exércitos púnicos, não em ar de guerra e de conquista, mas por necessidades táticas e de abastecimento em homens e em viveres.

Foi um *não* glacial na altivez lusitana, pois sabe-se que, em 210 a. C., enquanto Aníbal, na Apúlia, cortejava a «moça vil», um exército cartaginês passava o inverno junto à foz do Tejo, enquanto outro invernavia entre os Cónios, no Algarve.

Mas logo sobreveio o *sim*:

Por toda a península começou a desgraça de se ter de optar entre Roma e Cartago, uma e outra, ora vencida, ora vitoriosa. Na conjuntura muitas cidades e povos desapareceram para sempre. Mas os guerrilheiros lusitanos aproveitaram «a deixa», cobrindo-se de glória e de valiosos espólios, «porque os desgraçados tinham sido perjuros»! Por isso conquistaram, até, a capital dos Cónios, no quase seu Algarve!

Entretanto chegara de Roma Cipião, o africano, com uma poderosa esquadra de trinta quinqueres, para vingar a morte dos Cipiões seu pai e seu tio. Um dos maiores generais de todos os tempos, derrota a esquadra púnica em Tarragona, aprisionando muitos navios e concebe a audaciosa e bem estudada empresa de atacar Cartagena, que conquista num só dia!

É no saque riquíssimo desta cidade, armazém naval dos cartagineses, que Políbio (10, 19, 3) atribui a Cipião uma sábia resposta:

«Alguns jovens romanos, muito conhecedores da grande inclinação do seu general para o outro sexo, trouxeram à sua presença uma donzela na flor da idade e de peregrina formosura, pedindo-lhe que aceitasse aquele obséquio. Cipião, maravilhado com tão raro prodígio de beleza, respondeu. — Se eu fosse um simples soldado, não poderíeis oferecer-me uma prenda mais doce; porém, sendo general, nenhuma mais desprezível!»

Este Cipião foi o grande vencedor de Aníbal em Zama.

Acusado de se ter deixado corromper pelo inimigo, acabou exilado, rodeado de livros e de amigos.



Tendo vencido e aniquilado todo o poder cartaginês em Espanha, onde deixou de haver lugar a opções, Cipião pacificou aquela e passou a África, ficando os povos da península mais ou menos ligados por compromissos perante a autoridade romana.

Daqui proveio o primeiro *não* lusitano:

UM *NÃO!* LUSITANO E A TRAIÇÃO DE SÉRGIO GALBA

(151-160 a. C.)

«Apresentaram-se a Galba alguns legados dos lusitanos do Sul do Tejo dizendo que queriam renovar o tratado de paz feito com Marco Atílio, o anterior general, e que eles tinham violado. Galba recebeu-os benignamente e aceitou o seu oferecimento. «Já que necessitais de terras boas eu vo-las darei numa campina fértil, dividida em três partes».

Eles, atraídos por estas promessas deixaram as suas terras e reuniram-se no lugar que Galba lhes indicou. Galba dividiu-os em três partes, e assinalando um campo a cada uma, ordenou-lhes que o esperassem ali até que ele viesse e lhes indicasse o lugar da sua nova residência. Dirigindo-se aos primeiros, deu-lhes ordem, como amigos, de depor as armas; uma vez desarmados, cercou-os com uma estacaria e enviando sobre eles alguns soldados com espadas, fez degolar todos, enquanto eles o imploravam, invocando os deuses e a palavra dada. Do mesmo modo aniquilou a segunda tropa e a terceira, com grande rapidez, antes que houvessem podido receber notícia da sorte dos companheiros. Contudo, alguns se escaparam, entre eles Viriato que, pouco depois, se erigiu em cabecilha dos lusitanos, e matou muito romanos, levando a cabo feitos assombrosos.»

(*Apiano, Iber., 58-60*)

UM NÃO! E UM SIM! COM VIRIATO

(147-148 a. C.)

«Não muito depois, quantos escaparam da perfídia de Lúculo e de Galba, reunidos cerca de dez mil, invadiram a Turdetânia.

«Contra eles se dirigiu Caio Vetílio que chegara de Roma com tropas novas, às quais juntou as que havia em Espanha, dez mil ao todo, e surpreendendo os lusitanos em suas correrias, matou muitos e obrigou os restantes e refugiarem-se num lugar, em situação difícil, onde sucumbiriam ou pela fome ou às mãos dos romanos. Em vista disso, enviaram a Vetílio uma delegação com ramos de oliveira, pedindo terras e prometendo manter-se obedientes ao povo romano. Vetílio prometeu dar-lhes terras e concluir o pacto, quando Viriato, que havia escapado da crueldade de Galba, os pôs em guarda contra a perfídia dos romanos, recordando-lhes as muitas vezes que os haviam atacado, contra os seus juramentos, e que aquele exército não era outra coisa se não os restos salvos dos perjúrios de Galba e Lúculo; acrescentando que não desesperassem de escapar daquela situação, se quisessem obedecer-lhe.

Comovidos todos e animados por tais palavras elegeram Viriato para chefe. Este dispôs todos os homens de frente, em dispositivo de combate, ordenando que ao montar ele o seu cavalo, se dispersassem por muitos lados e fugissem, do modo que pudessem e por diversos caminhos até à cidade de Tribola e que ali o esperassem. Seleccionando, por outro lado, um milhar de homens, fê-los esperar junto de si.

Dispostas estas coisas, Viriato montou a cavalo e todos começaram a fugir. Vetílio, não se atrevendo a perseguir os que iam dispersos, voltou-se contra Viriato que permanecia em guarda, atento aos acontecimentos e foi combatê-lo. Porém Viriato, com os seus velocíssimos cavalos, passou todo aquele dia e o seguinte correndo pelo campo, ora hostilizando o inimigo, ora recuando, de novo fazendo-lhe frente e atacando-o. Porém, quando calculou que os seus estavam já a salvo, saindo protegido pela noite, por caminhos escondidos, e valendo-se da ligeireza dos seus cavalos, chegou à cidade de Tribola sem que os romanos pudessem segui-lo, por causa do peso das suas armas, desconhecimento do terreno e desigualdade dos seus cavalos. Deste modo Viriato salvou o seu exército numa situação desesperada.

Vetílio, perseguindo Viriato, chegou até Tribola. Viriato, porém, depois de armar uma cilada, num bosque, fugiu até que Vetílio, tendo

entrado na armadilha, foi atacado pelos ques estavam à espreita, enquanto Viriato voltava atrás. Caindo sobre os romanos por todos os lados, mataram uns, aprisionaram outros e despenharam alguns. Vetílio foi também aprisionado e o que o prendeu, não o conhecendo e vendo-o velho e obeso, matou-o como de nada valendo. De dez mil romanos, apenas seis mil puderam fugir até Tartessus. O questor de Vetílio dispôs os refugiados, ainda amedrontados, pelas muralhas de Carpeusus e mandou contra Viriato cinco mil aliados pedidos aos Belos e Titos. Porém Viriato matou-os a todos, de modo que não se salvou, nem um, para anunciar a derrota. Pelo que o questor, não se mexeu da cidade, em espera do auxílio de Roma.»

(*Apiano, Iber., 61-63*)

SEGUNDO SIM! E NÃO! DE VIRIATO

(141-140 a. C.)

«Fábio Maximo Serviliano, de dez mil prisioneiros que fez (Na Turdetânia) mandou decapitar quinhentos e vendeu todos os outros, e tendo aprisionado a um certo Connoba, capitão de bandidos, libertou-o a ele, mas cortou as mãos a todos os seus homens. Perseguindo Viriato, cercou com um fosso a sua cidade de Arsa (Erisana). Viriato, entrando de noite na cidade, caiu sobre os trabalhadores ao raiar do dia e pô-los em fuga, fazendo-os abandonar os seus materiais; do mesmo modo derrotou as tropas de Serviliano e presequindo-as, encurralou-as num lugar escarpado, donde não tinham meio de se escaparem.

Porém Viriato *não se cegou* com a sua boa sorte, por isso que, julgando que o momento era próprio para depor as armas, pactuou com os romanos (Quinto Fábio Serviliano) em «condições de igual para igual» e este pacto foi ratificado pelo povo romano.»

(*Apiano, Iber., 67-69 e Livio, Per., 54*)

★

«Viriato enviou os seus amigos *mais fieis* (?) Audax, Ditalcon e Minuro para negociarem a paz com Cipião; Cipião corrompeu-os com magníficos dons e promessas e induziu-os a prometerem-lhe a morte de

Viriato. E cumpriram-no do modo seguinte: Viriato dormia pouco por seus cuidados e fadigas; e ainda as mais das vezes dormia com as armas, para estar disposto a tudo no momento de despertar, Deste modo era possível aos seus amigos aproximarem-se dele. Valendo-se deste costume, Audax e os seus cúmplices, estando Viriato no seu primeiro sono, entraram na tenda como sendo levados por assunto urgente, e golpiaram-no no pescoço, único lugar do corpo que aparecia a descoberto. Sem que nada se desse conta do sucedido, pelo certo do golpe, fugiram para o acampamento de Cipião e reclamaram a sua recompensa. Cipião permitiu que conservassem o que já lhes havia dado e quando ao resto, mandou-os a Roma».

Camões dirá, mais tarde. «que entre os Portugueses, Alguns treedores houve algúas vezes» (IV-33).

(*Apiano, Iber., 71*)

Ao raiar do dia os servos notaram que Viriato estava morto, vestido com suas armas. No mesmo instante se ouviu por todo o acampamento um grande lamento e gritaria, chorando todos sua morte e lamentando-se pelo seu próprio mal.

A alma da Pátria vergou, dobrou-se sobre si mesma, mas ficou: os soldados elegeram Tautalo para general e o exército dirigiu-se a Cartagena. Mas rechaçados dali e obrigados a passar o Baetis, perseguidos por Cipião, Tautalo entregou-se a si e ao exército, *na qualidade de súbditos*, Cipião tirou-lhes as armas, mas concedeu-lhes terras suficientes para que a necessidade não os obrigasse ao saque. ... Um *não!* doloroso, nostálgico da pátria distante, mas um não salvador: mães e filhos, tradições, berços, em tudo continuava a vida e, com esta, a sobrevivência!

Com uma paz preciosa e honrosa findava a guerra viriatina, de 154 a 139 a. C., sempre fora das fronteiras, mas não a guerra da Lusitânia.

O NÃO! DAS LISBOETAS E O GRANDE SIM! DAS BRACARENSES!

(138 a. C.)

«Em 138 foi enviado à península o consul Decimo Junio Bruto o Galaico, para pacificar a Lusitânia. Segundo Apiano, o consul, a pesar

de romano fez um *grande Não!* Pensando bem, renunciou a perseguir as bandas lusitanas que andavam dispersas pelo território de Entre Tejo e Minho. Com efeito, era-lhe difícil alcançar tropas que se deslocavam com a rapidez própria de bandidos: desonroso seria não as alcançar e, por serem poucos, pouco glorioso seria vence-los.

Mudou de tática: *Fortificou Lisboa* — a velha Olisipo que só agora aparece, calma, habilidosa, como dissemos algures, dona sensata sem se diminuir —, para assegurar a navegação para o interior (Tejo e seus braços) e o abastecimento de viveres. utilizou Moron(Santarem) como base militar (Praesidium Julium) e deve ter construído o Acampamento romano do Pombalinho. Dispondo assim, livremente, de toda a linha do Tejo, pôde começar a pacificação, não combatendo tropas, mas saqueando o que encontrava no caminho. Para impedir o saque as mulheres lutavam ao lado dos homens, como eles manejando as armas e sem, nas refregas, proferir um grito.

Os brácaros esconderam as suas provisões. Atacados pelos romanos, também lutam com os homens as mulheres armadas e morrem com galhardia, sem que ninguém retroceda, nem volte as costas, nem solte lamento algum. Das mulheres que eram aprisionadas, umas voltavam as mãos contra si, outras degolavam os seus próprios filhos, preferindo a morte à escravidão.»

Como se está vendo, a acção de Bruto ao Norte do Tejo já não foi uma campanha, mas uma pacificação com guerrilhas.

A nosso ver, foi esta Lisboa, inteligente e calma, que, vendo o inevitável, soube dobrar-se sobre si própria. Fazendo-se estimada, amimada, conseguiu a maravilha de um governo autónomo (município) e pôde, deste modo livrar a verdadeira Lusitânia de razias e de morticínios que lhe tirassem a personalidade!

Lisboa fez, assim e então, um *não!* salvador, um *não* de sobrevivência sem o qual, muito provavelmente, Portugal nunca teria sido o que foi.

Mas a *alma portuguesa*, na conjuntura, nem por isso deixou de mostrar, nessas minhotas de raça, que o *sim!* da «Gente ousada» *quando tocava a dignidade e a honra, valia mais do que a própria vida!*

A nosso ver, foi essa Lisboa romana, arcaica velha do Restelo que, tendo aprendido, em dolorosa lição, o valor do navio, o soube impregnar na alma dos seus filhos e fazer deles os maiores marinheiros do Mundo!

Mas voltemos a página.

E vejamos, com Camões outro *sim!* da *alma portuguesa*:

O ADAMASTOR

*E disse: Ó gente ousada, mais que quantas
No mundo cometeram grandes cousas,
Tu, que por guerras cruas, tais e tantas,
E por trabalhos vãos nunca repousas,
Pois os vedados terminos quebrantas
E navegar meus longos mares ousas,
Que eu tanto tempo há já que guardo e tenho,
Nunca arados de estranho ou próprio lenho:*

(V-41)

Mas a *alma portuguesa* foi, teve de ser sempre o encadeamento do *sim* e do *não*:

O NÃO DE EGAS MONIS

*Não passa muito tempo, quando o forte
Príncipe em Guimarães está cercado
De infinito poder*

*Mas, com se oferecer à dura morte
O fiel Egas, amo, foi livrado;*

(III-25)

O NÃO! DE AFONSO HENRIQUES

*Porque Afonso verás, nobre e ovante,
Tudo render e ser depois rendido.*

(III-73)

O SIM! NA CONQUISTA DE LISBOA

*E tu, nobre Lisboa, que no mundo
Facilmente das outras és princesa,
... ..
Obedecestes à força Portuguesa,
Ajudada também da forte armada
Que das Boreais partes foi mandada.*

(III-57)

E NA BATALHA DE OURIQUE

*Aqui pinta no branco o escudo ufano,
Que agora esta vitória certifica,
Cinco escudos azuis esclarecidos,
Em sinal destes cinco reis vencidos.*

(III-53)

O SIM! DE ALJUBARROTA

*O vencedor Joannes esteve os dias
Costumados no campo, em grande glória;*

(IV-45)

E O NÃO! DO INFANTE SANTO

*Quem viu sempre um estado deleitoso?
Ou quem viu em Fortuna haver firmeza?
... ..*

(IV-51)

*Viu ser cativo o santo irmão Fernando
(Que a tão altas empresas aspirava),*

*Que, por salvar o povo miserando
Cercado, ao Sarraceno se entregava.
Só por amor da pátria está passando
A vida, de senhora feita escrava,
Por não se dar por ele a forte Ceita.
Mais o publico bem, que o seu, respeita.*

(IV-52)

AO SIM! DO GAMA RESPONDE O NÃO!
DO VELHO DO RESTELO

*Eu vos tenho entre todos escolhido
Para hũa empresa, qual a vós se deve,
Trabalho ilustre, duro e esclarecido,
O que eu sei que por mi vos será leve.
Não sofri mais, mas logo: Ó Rei subido,
Aventurar-me a ferro, a fogo, a neve,
É tão pouco por vós, que mais me pena
Ser esta vida cousa tão pequena.*

(IV-79)

O GRANDE NÃO! DO VELHO DO RESTELO

*Ó glória de mandar, o vã cobiça
Desta vaidade, a que chamamos Fama!
Ó fraudulento gosto que se atiça
Cũa aura popular, que honra se chama!
Que castigo tamanho e que justiça
Fazes no peito vão que muito te ama!
Que mortes, que perigos, que tormentas,
Que crueldades neles exprimentas!*

(IV-95)

*Dura inquietação da alma e da vida,
Fonte de desemparos e adultérios,*

.....
*Chaman-te ilustre, chamam-te subida,
Sendo dina de infames vitupérios;
Chamam-te Fama e Glória soberana,
Nomes com que se o povo nescio engana.*

(IV-96)

E O SIM CAUTELOSO DA «ILHA DOS AMORES»

*Por isso, ó vós que as famas estimais,
Se quiserdes, no mundo ser tamanhos,
Despertai já do sono do ócio ignavo,
Que o ânimo, de livre, faz escravo.*

(IX-92)

*E ponde na cobiça um freio duro,
E na ambição também, que indignamente
Tomais mil vezes, e no torpe e escuro
Vicio da tirania infame e urgente;
Porque essas honras vãs, esse ouro puro,
Verdadeiro valor não dão à gente.
Milhor é merecê-los sem os ter,
Que possui-los sem os merecer.*

(IX-93)

*OU dai na paz as leis iguais, constantes,
Que aos grandes não dem os dos pequenos,
.....
Fareis os Reinos grandes e possantes,
E todos tereis mais e nenhum menos;
Possuireis riquezas merecidas
Com as honras que ilustram tanto as vidas.*

(IX-94)

Camões já não soube do grito:

«Morrer, sim, mas devagar! do qual ficou, apenas, um eco de glória vã.»

Mas gostaria de ouvir as Cortes de Tomar (1581) — um grande *não* da gente portuguesa, vencida, mas calma, prudente e firme... um *não* de sobrevivência, sem o qual talvez nunca fosse possível o arranco do 1.º de Dezembro.

Na verdade, e bem pensadas as coisas, o *sim* glorioso do *Primeiro de Dezembro* e das campanhas da Restauração, só foi possível por termos continuado a respirar e a pisar ar e terra portugueses em toda a parte onde púnhamos os pés.

Bem mais poderosa foi Cartago, que desapareceu para sempre com todos os seus habitantes.

Em Tomar houve um *não* que garantiu todo o *sim* futuro. Porque não dizê-lo?

E nas campanhas subsequentes, ao lado de tanto *sim* glorioso, quanto de ponderação, de diplomacia, de inteligente habilidade nos *não* foi precisa? Na vitória, e apesar dela, não esgrimimos contra «moinhos de vento»!



Outra nuvem ameaçadora pôs em grande risco a pátria portuguesa: a força genial de Napoleão: nesta, diante de Junot, o embarque real foi outro *não* repassado de muita amargura, mas onde se viu muito longe e, por isso, se pôde continuar a viver. Com mais probabilidades, outros desapareceram para sempre, ou por muito tempo.

E ao *não*, in extremis, que possibilitou o «mapa cor de rosa», que tanto *sim* provocou, foi-nos necessário proferir o *não* iníquo, dilacerante, do «Ultimatum», mas diminuído, depois, pelo *sim* glorioso e decisivo de Monsinho!!



Vimos, assim, os grandes marcos *sim* e *não* da *alma portuguesa*. A expansão, o progresso, foram principalmente feitos com a Glória do *Sim*, quase sempre «fora de casa»! Para isso saíram dos lares e da Pátria primitiva, perderam-se, afogaram-se milhões de heróis: porém, praticamente e apesar de tudo, a terra que pisamos nunca deixou de ser o lar

da mãe e dos filhos, aquele meio doce, resignado e forte, que tenta vez
obrigou a dizer o não da saudade, do luto e das lágrimas, mas que
aguentou e continuou a *vida,*

e, com esta, continuou a *alma portuguesa* que, bem no fundo, só do
berço vem, só o berço a deu! e a dará!



Propositadamente não queremos referir-nos aos acontecimentos por-
tugueses do nosso século: — O historiador sério não pode ser político:
vê as coisas passadas muito de cima e muito de longe e, sobretudo, pro-
cura a verdade vinda dos factos, pois é dever seu, segundo Camões,
(III-5) «não poder mentir no que disser»; mas compete-lhe, e bem, aus-
cultar os sentimentos profundos do povo que estuda.

Foi o que fizemos:

A *alma portuguesa* não pode definir-se; o seu conteúdo é intradu-
zível em palavras; *mas sente-se* — Ó se se sente! e foi dela que vieram
os *impulsos sim! e não!* que conduziram a vida nacional e, *por cin-*
queanta séculos, a fizeram sobreviver!

Foi aventureira e heroica como nenhuma outra:

*As verdadeiras vossas são tamanhas,
Que excedem as sonhadas, fabulosas,*

(I-11)

Mas, como dissemos, não esgrimiu contra «moinhos de vento»: na
hora perigosa ou decisiva soube ser calma, engenhosa, prudente e con-
tinuou a viver:

Sobreviveu!

Auscultar, sentir dentro de si, bem no fundo, as grande potencia-
lidades dessa *alma, heróica e grave,* que de tão longe vem, é garantir,
em cada peito português, os tempos de um futuro feliz, digno de tal
passado.

Que o *sim* da aventura que progride, e o *não* da cedência que salva possam ser, séculos em fora, a marca, tão portuguesa, dos nossos futuros caminhos!

★

Caros consócios:

A atenção que prestastes a estas palavras, modestas, mas bem sentidas, diz-me que estais comigo, que sentis, como Camões:

*Quão doce é o louvor e a justa glória
dos próprios feitos, quando são soados!*

(V-92)

*... Que sentis, sim,
Quão doce é o calor da Alma Portuguesa!*



*A Ermida de Nossa Senhora da Escada
nas suas Relações com a Igreja
e o Convento de S. Domingos*

pelo DR. MANUEL H. LOURINHO

II

O convento e a igreja de S. Domingos, construídos por D. Afonso III, eram cercados por chãos e terras que se estendiam até onde agora é a rua das Portas de Santo Antão. Antigamente esta rua era chamada estrada da Corredoura ou Carreira dos Cavalos e situava-se para a direita do postigo de Santana, hoje elevação Campo dos Mártires da Pátria. Os terrenos referidos chegavam aos chamados Canos da Mouraria — hoje largo de Martim Moniz — e dali a outra estrada até a igreja de S. Mateus — esta igreja ficava no actual Poço do Borratem, em frente à travessa de S. Pedro Mártir. Dali davam volta por onde agora é a rua da Betesga. Ficavam dentro desse círculo, a referida igreja de S. Mateus, as casas do convento de Monsanto e também os terrenos onde D. João I mandou construir o Hospital de Todos os Santos. Outros terrenos, em volta do convento, do lado da Betesga, conhecidos por «horta dos frades» iam aos restos do velho braço de mar, em que o Tejo se prolongava até às portas de S. Vicente, recentemente Arco do Marquês de Alegrete, agora lado oriental do actual Martim Moniz.

A igreja e o convento de S. Domingos foram vítimas de contínuas e por vezes catastróficas inundações e fortes terramotos. As águas que corriam das elevações do lado do Norte e do Nascente, bem como as que provinham do braço do Tejo, em relação com as marés, foram motivo de constante sobressalto dos frades, motivo de prejuízos materiais e morais, para a igreja e para o convento. Nas cheias de 1343, em 4 de Janeiro, e 24 de Outubro de 1384 foi atingida toda a cerca do convento, com água a três metros de altura, em tal força que saía pela porta da igreja, arrombando as paredes do alpendre. Em 16 de Setembro de 1488,

uma terça-feira, outra inundação repentina, deu lugar às águas atingirem dois metros de altura, por insuficiência do cano que corria por detrás do convento, que dava vazão aos esgotos e às águas. Este cano, com o nome de Real era de serviço público. A cheia de Dezembro de 1618 alagou apenas o andar térreo, muito embora tivesse dado lugar a prejuízos importantes.

Quando D. Manuel I em 1571 mandou abrir os alicerces para o novo dormitório, em primeiro andar para a praça do Rossio, encontraram-se em algumas escavações, presas a pedras, grossas argolas de ferro, próprias para armação de barcos e montes de cascas de mariscos, certamente restos do antigo braço do Tejo que ia até aos arredores do convento.

Os terrenos em volta do convento eram de pouco valor, constituídos por ferragiais pobres, fornos de tijolo e telhada. Quando a cidade se alargou foi construído um muro que os envolveu.

Os terramotos por sua vez produziram também prejuízos, alguns deles graves. O de 1531 abriu as naves da igreja de alto a baixo, pelo que foi necessário reedificá-la de novo por volta de 1566, com a ajuda de todos os moradores da cidade. Os referidos moradores, lisboetas dos meados do XVI, aparecem *pela primeira vez* como participantes na reconstrução da igreja de S. Domingos. A reconstrução com os dormitórios, sobre o largo do Rossio, em 1.º andar, não foi do gosto dos frades, pois desejaram sempre que o convento e a igreja, fossem pobres e humildes.

Se D. Afonso III levou dez anos — diz Frei Luís de Sousa — a realizar a sua obra que era térrea, como seria possível a tivesse feito D. Sancho II no escasso tempo que lhe foi dado para o fazer, dentro das datas atribuídas pelo cronista de S. Domingos?

Pode pois afirmar-se que a acção de D. Sancho II, se a houve, não teria passado do lançamento da primeira pedra do convento, e essa mesmo, apesar da célebre certidão, é para mim muito duvidosa.

Resumindo todos os elementos apontados, verifica-se que os terramotos e principalmente as inundações nos primeiros tempos eram motivo de prejuízos para a igreja e para o convento, em livros, vestuário, camas e provisões, sem haver notícia de perdas humanas.

.....
A ermida de Nossa Senhora da Purificação, conhecida popularmente por Nossa Senhora da Escada, estendia-se pelo lado norte ao longo da igreja de S. Domingos, precisamente onde agora estão, um armazém

de fazendas e o restaurante Tábuas. Tinva a forma rectangular, e para ela, com o pavimento à altura de um primeiro andar, se fazia o acesso por uma escada de 16 degraus. Esta escada era exterior à fachada do lado do Poente e foi ela que deu nome notório à sua orago.

O interior da ermida era composto de dois compartimentos. O que recebida acesso da porta da entrada, ao cimo da escada referida, e tinha dois altares. Um dos altares ficava na parede ligada à igreja de S. Domingos, era o altar-mor, com retábulo em talha de madeira dourada e pintada. O segundo compartimento, comunicando com este, servia de sacristia e casa de despacho. Em toda a frente norte, actualmente travessa de S. Domingos, tinha quatro janelas de sacada que davam luz ao interior da ermida. O outro altar, no primeiro compartimento, ficava na parede em frente à porta da entrada. Havia aberta para a igreja de S. Domingos, na parede comum, uma larga janela servindo de tribuna, sobre as capelas do lado do Evangelho e dominava todo o interior da referida igreja. Nesta descrição reporto-me à referência, por Júlio Castilho, na *Lisboa Antiga*, do manuscrito de José Valentim de Freitas. O manuscrito foi visto por Júlio Castilho na Associação dos Arqueólogos de Lisboa e transcreve-o na *Lisboa Antiga*, vol. 4, a pp. 301 e ss. A descrição situa-se no ano de 1834, mas não deixa claro que fosse este ano o da demolição da ermida, visto logo de começa afirmar. «segundo me disseram, tinha ao tempo da demolição, 16 degraus de pedra.» Quer dizer, a demolição já se tinha realizado àquela data. Mais adiante porém: «o edifício para a parte da travessa, tinha a frente que ainda hoje tem.» Parece traduzir que a demolição não tinha ainda sido completa. Por sua vez referindo-se ao altar-mor: «eu tinha ali entrado só uma vez e não estou lembrado de coisa alguma.»

Procurei consultar os apontamentos de José Valentim de Freitas na Associação dos Arqueólogos de Lisboa. Ali, a conselho do meu velho e distinto amigo, Secretário-Geral Dr. Montalvão Machado, dirigi-me ao Ex.^{mo} Senhor António Machado de Faria. Este Senhor, amavelmente, forneceu-me os elementos que passo a transcrever:

«Um bibliotecário a quem se devem várias depradações rasgou em bocados aqueles desenhos e lançou os restos no cesto dos papeis, os quais me entregou o empregado da Secretaria e eu levei à sessão da Direcção. Esta, lastimou o sucedido e encarregou-me de transmitir o seu desgosto e estranheza ao autor da malfeitoria, pedindo-lhe os restos dos desenhos a fim de proceder ao seu restauro.

Passados uns tempos, a Direcção associativa foi remodelada e nomeou-me bibliotecário. Ao fazer nova arrumação da livraria verifiquei que os desenhos haviam desaparecido.»

Isto diz-me o Ex.^{mo} Senhor António Machado de Faria, acrescentando:

«Eram esboços feitos a lápis muito fino, de apurado desenho, tendo toques levíssimos de aguarela nos sombreados e também a lápis preto, a indicação da igreja a que pertenciam as peças reproduzidas. Estavam encerrados em sacos de papel pardo com a indicação do templo escrita a letra preta.»

Que factos desta ordem aconteçam no século XX é de pasmar! Finalmente o Senhor Machado de Faria, acrescenta:

«Não acredito que o autor do crime os queimasse ou deitasse fora. Se V. Ex.^a alguma vez os encontrar em biblioteca pública ou nas mãos de algum particular, já sabe quem foi seu dono.»

Ainda não os encontrei em qualquer das bibliotecas que tenho frequentado, ou sabido da sua existência em mãos de particular. Assim se perderam documentos preciosos para a história de Lisboa e especialmente dos seus monumentos religiosos. Ficou a distinta Associação do Arqueólogos prejudicada no seu património, muito embora tivesse procurado que ele não se perdesse. Honra lhe seja.

Impossibilitado de saber exactamente a data da demolição da ermida de Nossa Senhora da Escada, pelo consulta dos manuscritos de José Valentim de Freitas, percorri os jornais diários publicados em Lisboa no ano de 1834 e consultei a sinopse das resoluções da Câmara Municipal de Lisboa, relativa ao mesmo ano, em e qualquer das pesquisas, nada encontrei que referisse a demolição da ermida em data certa; pela leitura dos jornais da época ou pela consulta das sinopses das resoluções camarárias nada encontrei. Em 14-VII-1834 a Câmara Municipal de Lisboa manda pôr em praça para demolição, por supressão do convento de S. Domingos, casas situadas na praça do Rossio e largo de S. Domingos. As primeiras dos números 12 a 27 no Rossio e as segundas dos números 1, 2 e 3 em S. Domingos. Seriam estas últimas, referidas a restos da ermida de Nossa Senhora da Escada?

Desconhece-se também quem tenha sido o fundador da Ermida, atribuída ao primeiro bispo de Lisboa após a tomada aos mouros, mas não se encontra documento comprovativo, apesar de se saber exactamente quais as primeiras paróquias instituídas por esse prelado. A primeira referência à ermida encontra-se em Fernão Lopes, na *Crónica de D. João I*, em Setembro do ano do cerco de Lisboa por D. João de Castela. Posteriormente falam dela Frei Luís de Sousa e D. Rodrigo da Cunha. O primeiro diz:

«Que razão houvesse para tal sorte de fabrica nem se escreve nem se compreende.»

(Livro III, cap. XIX)

Noutro passo, referindo-se à escada Frei Luís de Sousa:

«Uma escada de pedra que cae no adro e convento que antigamente tomava a alpendrada que ficava diante dela e da porta principal do convento.»

(Livro III, cap. XIX da *H. S. Domingos*)

A alpendrada ficava diante da escada e da porta principal da igreja. Finalmente, ainda Frei Luís de Sousa diz:

«Nos primeiros anos antes de haver edifícios à roda as águas que corriam do Campo de Santana vinham demandar os muros da igreja e convento... alguns anos se viram os religiosos em grande trabalho.»

Por sua vez, D. Rodrigo da Cunha — na sua história eclesiástica de Lisboa —:

«D. Afonso III ao edificar o convento e notoriamente a igreja respectiva respeitou uma pequena ermida que lhe estava ligada do lado do norte cujo pavimento ficou sobre as abóbadas das capelas da igreja do lado do evangelho.»

Não apresenta qual a origem desta afirmação, além de dizer que era tradição. E continua:

«Já pode ser que respeitando a muita antiguidade e grande devoção que o povo lhe tinha, sendo-lhe necessário o solo que ocupava a ermida.»

(D. Rodrigo da Cunha, part. II, cap. XXXIV, pp. 159 e ss.)

Tudo hipóteses no que respeita a fundador, data de fundação e papel desempenhado até à data em que o vedor de D. Fernando, Pedro Afonso Mealha a reparou, sendo enterrado, não na ermida, cujo pavimento era de sobrado mas numa das capelas que lhe ficava por baixo — nenhuma delas tinha qualquer irmandade instituída.

Citam-se os reis, infantes e grandes do reino que foram à ermida de Nossa Senhora da Escada, levar as suas orações por motivo de desgraças havidas ou batalhas vencedoras. E entre eles Nuno Álvares Pereira.

Falam-se em várias procissões que saíram desta ermida e entre elas uma comemorativa da vitória de Ajubarrota.

A ermida de Nossa Senhora da Escada viveu sempre na dependência espiritual e material da igreja e convento de S. Domingos, pois que era um frade velho e qualificado que superentendia no seu governo.

Lendas sobre a sua origem, o seu viver, história e localização da sua imagem, são muitas, algumas saborosas na sua ingénua forma, valorizadas pela crença popular, em comunhão com as glórias da Pátria ou as suas derrotas. Outras como imagem da eterna esperança do povo de Portugal, sonhando sempre com a protecção da Mãe de Deus, para si e para as suas aventuras pelo Mundo.

Primeiro foi atribuída a D. Gilberto a sua fundação, sob o patrocínio de D. Afonso Henriques, o primeiro, bispo e o segundo, rei, tão douto e virtuoso o bispo, quanto valoroso e poderoso o rei. A sagração de D. Gilberto por imposição de D. Afonso Henriques foi feita por juramento ao arcebispo de Braga, D. João Peculiar, na igreja hoje de Santa Cruz do Castelo, nos seguintes termos:

«Eu Gilberto, bispo da Santa Igreja de Lisboa prometo a sujeição e referência que os Santos Padres e Canones mandam ter à igreja de Braga e seus prelados, na presença de D. João e assim o juro tocando a minha mão no santo altar.»⁽¹⁾

(1) Era a igreja de Lisboa, no momento, subordinada, como se vê, à velha cidade de Braga.

As mais antigas paróquias criadas por D. Gilberto, foram S. Vicente de Fora, Santa Justa e Mártires, sendo esta última a mais antiga. Nesta última instituíram a irmandade de S. Jorge, os ingleses que tomaram parte na conquista de Lisboa. A irmandade tinha a sede numa das capelas do lado da Epístola, mas em 1241 passou para uma das capelas da igreja de S. Domingos.

Este D. Gilberto de começo não tinha residência fixa em Lisboa, costumava albergar-se numas casas que havia atrás da Sé no sítio da actual calçada do Quebra-Costas. D. Gilberto morreu a 27 de Abril de 1166.

A ermida da invocação de Nossa Senhora da Purificação foi conhecida pelos nomes de Virgem da Pureza, Nossa Senhora da Corredoura e Nossa Senhora das Candeias.

Correm várias versões sobre a imagem da Senhora que depois da demolição da ermida foi colocada no altar do Santíssimo Sacramento da igreja de S. Domingos, encontrando-se actualmente no corredor que liga a igreja com a sacristia. Dessas versões há uma que diz ter sido levada para a igreja das Mercês, durante a invasão francesa, depois que esteve escondida numa pequena capela que existia no sítio dos Cardais, arredores de Lisboa, agora onde se situa parte da freguesia das Mercês. Das versões que correm respeitantes a esta imagem a mais verosímil é a que refere terem os espanhóis em 1580 proibido a procissão que anualmente se realizava comemorativa da vitória de Aljubarrota, saquearem a ermida produzindo outras depredações. Devotos da imagem escondiam-na durante a dominação espanhola e depois da libertação do país foi levada para a igreja do convento de Jesus. Seria a imagem primitiva a que se encontra na igreja de Jesus numa capela lateral do lado do evangelho, contígua à capela de Santo António? Realmente há na referida igreja e no local designado, uma imagem de Nossa Senhora, da invocação de Nossa Senhora da Conceição da Escada. Ali a vi ao visitar a igreja onde o Ex.^{mo} Prior teve a amabilidade de mandar abrir a capela a meu pedido. Segundo o afirmar do reverendo Pároco, apenas o cepo da imagem seria da primitiva, dado os vários restauros sofridos, desde os tempos em que foi colocada ali, e também se dizia que a imagem teria essa denominação por primitivamente estar em nicho na escada do antigo convento a que a igreja pertencia, actualmente sede da Academia das Ciências. A mais estranha versão sobre a origem da ermida e a mais inverosímil, conta que sendo perseguida por grande número de indivíduos dispostos a maltratá-la, uma rapariga se refugiou no sítio da Corre-

doura, e impossibilitada de se defender, pediu em altos brados o socorro de Nossa Senhora. Com grande admiração dos seus perseguidores uma escada, saindo do primeiro andar de um prédio do citado sítio — então desabitado — a livrou dos seus inimigos. O povo attribuindo o facto a milagre, construiu com esmolas uma capela a que deu o nome de Nossa Senhora da Escada. Esta versão é citada para corroborar a minha opinião que apenas a devoção por Nossa Senhora criou a lenda em volta da ermida.

Esta devoção e outras prolongaram-se por muitas gerações, entre o povo e os grandes do reino. D. João II mandou fazer-lhe benefícios. D. Manuel quando da matança dos cristãos novos em 1506, exceptou dos frades de S. Domingos excluídos do convento, o que era administrador na ermida de Nossa Senhora da Escada. Contudo, quando da reconstrução da igreja de S. Domingos, por ele realizada, não há referência alguma à ermida. Foi capela real temporariamente enquanto os reis moravam no palácio dos Estaos ao Rossio. Era ainda capela real quando a 8 de Dezembro de 1538 nasceu a infanta D. Maria, filha do Infante D. Duarte, filho de D. Manuel I.

O facto mais relevante na história da ermida de Nossa Senhora da Escada succedeu no reinado de D. João III. Este rei casou com D. Catarina, filha do rei de Castela e irmã do imperador Carlos V, quando ela tinha apenas 18 anos. Esta rainha de Portugal nasceu em Torquemada a 14 de Janeiro de 1507, tendo governado o reino durante treze anos, consequência da menoridade do rei D. Sebastião seu neto. Intitulava-se por graça de Deus, Rainha de Portugal e dos Algarves, Infanta da Alemanha, de Castela e Leão, das duas Sicílias e de Jerusalém. Foi a rainha D. Catarina que fundou um Estudo com sede na ermida de Nossa Senhora da Escada, com a finalidade de preparar clérigos como condutores de almas e confessores. A carta que a rainha dirigiu aos bispos de todo o reino para se interessarem nas suas dioceses pelo novo Estudo, feita em Xabregas a 30 de Julho de 1572 diz:

«Reverendo bispo. Eu a rainha vos envio muito saudar. Desejando eu fazer alguma obra em serviço de Nosso Senhor de que também resultasse proveito para este reino, para cumprir com a vontade a que sempre a sua obrigou tenho ordenado um Estudo no Mosteiro de S. Domingos desta cidade de Lisboa para nele se ensinarem as coisas que é necessário saber os que houverem ter cura das Almas ou ser confessores. E que por razão da sua pobreza não

deixem de se aproveitar do dito Estudo. Tenho também dado ordem como trinta clérigos sejam para a manutenção ajudados a saber dez desta cidade e seu termo com doze mil reis, e vinte das outras partes do reino com quinze mil reis em cada ano por tempo de tres anos em que parece que poderão ser instruidos para o fim que se pretende como tudo mais largamente se declara nos Estatutos desta fundação e instituição de que com esta carta vos será dada uma sumária informação. O portador leva um édito que há-de fixar nas portas da vossa Sé para aqueles que nesse bispado tiverem vontade e qualidade que para esta obra se requerem possam vir pretender que sejam admitidos no dito número para haver a dita porção. Eu encomodo-vos muito que peçais a Deus Nosso Senhor dê a esta obra tão bom successo que responda ao intento com que a comecei e ao desejo que tenho da sua glória e serviço e que entender aos vossos subditos principalmente que forem capazes de se aproveitar dela de quanta importância/he. E aos que para isso forem os ajudeis com a vossa informação e com tirar o que por sua parte derem de cá se hade fazer principalmente conta especialmente no que toca a seus costumes pobreza e geração por que quis que fossem cristãos velhos não por desamor nem desprezo dos que o não são senão por me conformar com o costume que em coisas semelhantes se guarda e para condescender com a fraqueza e opinião do povo que não aceita com a benevolência que deve a tais ministros e sua doutrina nem trata suas pessoas com o respeito com desejo mereçam ser tratados os que forem ensinados no Estudo, para que com mais proveito da sua igreja Nosso Senhor seja deles servido e os Prelados dela ajudados no ministério da salvação das almas que lhes encomendou.»

Da leitura deste documento infere-se que deve ter sido enviada ajeito de circular a todos os prelados do reino ⁽²⁾. Não deixa porém de ser chocante a recomendação que se faz especialmente, embora se fundamente em razões de ordem geral, local, para a exclusão de cristãos novos.

Os estatutos do Estudo fundado, compunham-se de vinte capítulos e foi seu principal autor, a rogo da rainha, Frei Francisco Foreiro provincial da ordem de S. Domingos. Este dominicano tinha tido papel de

(2) Esta é a carta dirigida ao bispo de Viseu.

muito relevo no concílio de Trento e o seu nome é o de uma pequena rua que atravessa a avenida Almirante Reis. Com este dominicano colaboraram Frei Martinho Ledesma catedrático da Universidade de Coimbra, Frei Manuel da Veiga, mestre de teologia, Frei Gerónimo Borges, prior do convento de S. Domingos de Santarém onde o estatuto foi feito e Frei Tomás de Sousa. Dois destes letrados eram lentes de teologia.

Segundo o determinado pelo Estatuto, a leitura dos textos docentes começava em 15 de Setembro e terminava em 15 de Julho. Em 14 de Setembro, para abertura, seria cantada missa solene na igreja de S. Domingos.

As lições da manhã até à quaresma tinham lugar das 8 às 9 horas e da quaresma em diante até 15 de Julho das 7 às 8 horas. As lições da tarde durante todo o tempo lectivo teriam lugar das 15 às 16 horas.

A matéria a versar por um dos mestres era sobre o catecismo e a do outro sobre teologia.

Para efeito das despesas a rainha concedia o juro perpétuo de cem mil reis ao mosteiro de S. Domingos.

Os vinte alunos não oriundos de Lisboa seriam de todo o reino, com primeira preferênciã os de Alenquer, Óbidos e Sintra, mas em qualquer caso sempre os mais pobres. A sua inscrição no curso dependia de exame prévio, do administrador e dois lentes que votariam a sua admissãõ. Os alunos não deveriam ter mais de quarenta anos e seriam excluídos caso o administrador verificasse que não demonstravam as qualidades requeridas para um bom acabamento do ensino.

No caso de não haver clérigos para completar o número para admissãõ total, poderia ser preenchida a falta com mancebos com pelo menos 19 anos.

Aos alunos de Lisboa e seu termo, em número de dez, era concedido o subsídio anual de 12 000 e aos vinte do resto do reino, 15 000.

Eram porém descontadas as multas em que tivessem incorrido e nunca, em qualquer caso, pago o subsídio adiantadamente.

Em Abril ou Maio de cada ano o capelão-mor do rei ou o Deão da sua real capela faziam uma visita de inspecção, para fiscalizar o cumprimento do determinado pela rainha.

Dos Estatutos foram feitos três traslados ficando um na Torre do Tombo, outro na igreja de S. Domingos e finalmente um também na catedral da Sé de Lisboa.

Este instituto para instruçãõ de doutrinadores e confessores foi, como já se disse, entregue à direcção docente do frades de S. Domingos. Foram

Frei Francisco de Bovadilha e Frei Luís de Granada confessores da rainha quem lhe inspirou a criação do referido Estatuto.

Por alvará de D. Sebastião, já reinante em 21 de Dezembro de 1572, foi confirmado quanto a rainha mandara acerca do Estado referido. O mesmo rei determinou que o prior de S. Domingos fosse quem fiscalizaria o cumprimento da vontade da rainha.

Pelo que fica transcrito se verifica a elevada categoria como instrumento de ensino e cultura religiosa cabia ao Estudo criado no mosteiro de S. Domingos.

No reinado de D. Pedro II funcionava ainda com regularidade, pois nele ensinava teologia, a nomeação do citado rei, Frei Pedro Moreira que recebeu o grau de mestre e doutor em teologia na Universidade de S. Domingos, como catedrático.

A rainha D. Catarina fundou também um colégio para meninos órfãos, conhecido pelo nome de Real Colégio de Nossa Senhora da Escada. Este colégio não tem nada que ver com o Estudo criado no mosteiro de S. Domingos embora em ligação com a ermida, Frei Luís de Sousa para o distinguir, diz que em S. Domingos funcionavam estudos universitários. Era o convento de S. Domingos que ensinava e administrava assim se infere de tudo quanto se acaba de escrever. Houve contudo um frade de S. Domingos, Frei Manuel Guilherme que mandou renovar com pinturas e talha dourada a ermida, possivelmente um administrador.

Dos elementos que constituem a história conhecida da Ermida de Nossa Senhora da Purificação, vulgo Nossa Senhora da Escada, não se pode concluir que ela fosse anterior à igreja de S. Domingos, muito embora isso se diga através da opinião expressa em geral pelos diversos cronistas e historiadores que a ela se referiram. Segundo Júlio Castilho, reportando-se aos apontamentos de José Valentim de Freitas que não pude ver como anteriormente foi explicado, foi demolida anteriormente a 1834 — Júlio Castilho — *Lisboa Antiga*, vol. IV, pp. 294 e ss.

Os paramentos e alfaias religiosas foram dispersos por freguesias pobres de Lisboa e a imagem que estava na Ermida foi para a igreja de S. Domingos, onde esteve na capela do Santíssimo Sacramento, que era a primeira a seguir ao cruzeiro do lado do Evangelho. Actualmente está num pequeno nicho na parede do corredor que liga a igreja de S. Domingos com a sacristia.

Vejamos porém a argumentação no que respeita ao templo da construção da Ermida.

Das *Crónicas* de Fernão Lopes e Duarte Galvão referidas a D. Afonso Henriques nada consta no que respeita à construção da Ermida ou sequer a quem tenha sido o seu fundador. Igualmente se demonstra das *Crónicas* da autoria do mesmo Fernão Lopes, referidas aos outros monarcas da primeira dinastia, não haver também qualquer notícia sobre a sua construção. É na *Crónica* de D. João I que Fernão Lopes noticiando a chegada de Nuno Álvares Pereira a Lisboa vindo do Montijo que aparece citada a Ermida. Não precisamente como conta Júlio Castilho, mas sim dizendo:

«E foi logo ao mosterio de S. Domingos ouvir missa a Santa Maria da Escada, em que havia gram devoção e acabou de ouvir missa foi-se directamente aos paços onde o Mestre pousava.» (*Crónica de D. João I*, cap. CLIII).

Não diz como Castilho:

«Encaminhou-se o valente cabo de guerra e por maior que fosse o seu desejo de ver D. João I até à velha ermida de Nossa Senhora da Corredoura muito das suas devoções e ouviu missa.» (Júlio Castilho, *Lisboa Antiga*, vol. iv, p. 297).

Não era pois para Fernão Lopes *velha* ermida a de Nossa Senhora da Escada.

D. Rodrigo da Cunha faz referência à ermida dizendo que Pedro Afonso Mealha vedor da fazenda de El-Rei D. Fernando a reparou e fez-se sepultar numa das capelas em baixo, e não ali como refere Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga*, vol. iv, p. 298.

Finalmente é também D. Rodrigo da Cunha a dizer:

«Antes quis que as capelas do Evangelho que correspondem ao corpo da igreja (S. Domingos) ficassem debaixo da abobada que serve de pavimento à ermida que tirar a Senhora do lugar que tantos anos atrás possuía.» (*História Eleciástica de Lisboa*, p. 164).

Não cita porém onde colheu esta afirmação, nem qualquer documento que o prove.

A este respeito escreve Frei Luís de Sousa:

«Que razão houvesse para tal sorte de fábrica nem se escreve nem se compreende.» (*História de S. Domingos*, liv. III, cap. XIX).

Os demais cronistas que escreveram sobre a ermida fundamentam-se na opinião emitida por D. Rodrigo da Cunha, atrás transcrita.

De resto referindo-se ao convento nunca aparece qualquer referência à ermida, mas sim aos chãos e terras que o cercavam começando das que se estendiam até às portas de Santo Antão. Referindo-se por sua vez à escada da ermida diz:

«Uma escada de pedra que cai no adro e circuito que antigamente tomava a alpendrada que ficava diante dela (escada) e da porta principal da igreja.» (Frei Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, liv. III, cap. XIX).

Donde se pode concluir que a escada foi construída posteriormente à alpendrada. Esta existia ainda no tempo de D. Fernando pois o referido rei convocou o povo a fim de ouvir dele (rei) as razões que lhe havia de dizer sobre o seu casamento com Leonor Teles não ser bom. Fernão Lopes, *Crónica de El-Rei D. Fernando*, liv. I, cap. LX e liv. II, cap. LXI.

Esta convocação não teve lugar de se efectivar, pois D. Fernando não compareceu e mandou prender alguns dos reclamantes, entre os quais o alfaiate Fernão Vasques que foi justificado.

Nem outra coisa é de admitir dado que a construção da ermida tal como era, na sua simplicidade utilitária, primeiro andar, com pavimento de sobrado, escada de acesso partindo da alpendrada e tribuna sobre o corpo da igreja de S. Domingos. Para quê? Certamente para possibilitar o acesso ao culto quando a igreja de S. Domingos fosse invadida pelas águas ou prejudicada pelos terramotos. Não era certamente para o povo a tribuna que na ermida devassava S. Domingos. Nunca a ermida desempenhou funções que não fossem de carácter subsidiário, embora com os tempos, se tivesse arreigado no povo uma certa religiosidade que lhe deu certa aura. A própria imagem da orago não tem quaisquer características de antiguidade. A instituição do Estudo criado pela rainha D. Catarina é um desdobramento do que existia em S. Domingos e da superintendência dos frades. De resto como se compreende que se fosse construir por de baixo de um pavimento de sobrado, a ala inteira de uma igreja que levou dez anos a construir ao seu fundador D. Afonso III. Aliás, D. Afonso III foi enterrado no convento de S. Domingos e só dez anos após a sua morte em 1289 transferido para Alcobaça onde se encontra actualmente.

Tenho pois como lógico, dados os informes colhidos na leitura da vasta bibliografia consultada, ainda até por razões obvias de prestígio para a primeira igreja da ordem de S. Domingos construída na capital do reino que esta não poderia ter sido construída por debaixo do sobrado da ermida de Nossa Senhora da Escada.

A ermida de Nossa Senhora da Escada já não estava aberta ao culto em 1761.

RECTIFICAÇÃO

A página 123 do Boletim dos Amigos de Lisboa n.º 133, linha 5, diz-se, citando Vasco de Lobeira que fora pai de João de Lobeira, quando o grau de parentesco entre ambos era Vasco de Lobeira filho de João de Lobeira.

BIBLIOGRAFIA

- FREI LUÍS DE SOUSA — *História de S. Domingos.*
DUARTE GALVÃO — *Crónica de D. Afonso Henriques.*
FERNÃO LOPES — *Crónicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João I.*
D. RODRIGO DA CUNHA — *História da Igreja em Lisboa.*
FERREIRA D'ANDRADE — *História do Convento de Jesus.*
DIOGO BARBOSA MACHADO — *Memórias de El-Rei D. Sebastião.*
FREI MANUEL DA ESPERANÇA — *História Seráfica dos Frades Menores de S. Francisco.*
BARBOSA VILHENA — *Biblioteca Lusitana.*
JÚLIO CASTILHO — *Lisboa Antiga.*
Manuscritos — História de Lisboa, cota 145, Biblioteca Nacional.
SILVA PEREIRA — *Jornalismo Português.*
O Universal, A Águia, A Águia Ocidental, O Periódico dos Pobres e O Nacional
— *Jornais de 1834.*
Sinopses das resoluções da Câmara Municipal de Lisboa, 1834-1836-1837.
JOÃO PEDRO RIBEIRO — *Dissertações Cronológicas.*
FREI LUÍS DE SOUSA — *Anais de D. João III.*
MATOS SEQUEIRA — *Depois do terramoto.*
FORTUNATO DE ALMEIDA — *História da Igreja em Portugal.*

A FONTE SANTA

— NA LENDA E NA HISTÓRIA —

por ABÍLIO MENDES DO AMARAL

I

A importância que, para o maior âmbito da História, adquiriram e tomaram as investigações arqueológicas, deve ter contribuído para maior protecção e segurança dos velhos monumentos ou do que deles possa restar. À vista das destruições ainda patentes ou de que só haja notícia, toma-nos um sentimento de profunda tristeza; todavia, não obstante o tempo e forças contrárias, ainda podemos contemplar grandes ou pequenos vestígios doutros estádios da civilização.

É notório e bem louvável o respeito que em muitos países se consagra a quanto valha uma página de História ou dê uma sugestão de beleza. Mas nós também não seremos estranhos de todo a tal devoção e sentido do dever, embora um dia fosse abaixo o Arco de S. Bento, noutra o do Marquês do Alegrete, como arrasados desapareceram antigos palácios (Duque de Aveiro e outros) e inutilizadas pinturas ornamentais dignas de museu, por motivo de obras tendentes a tornar «mais funcionais» os respectivos edifícios. Afóra o mais que irá por aí além...

O império da técnica e do utilitário não respeita nem se detém em face de valores que para ele nada significam. A senha é «bota-abaixo e leva-arriba». Acontecerá que nem os responsáveis e guardiões da estética da urbe e dos seus habitantes, disponham de meios capazes de impedir, nesse sector, dolorosos atentados como por exemplo, essas cortinas de

altos prédios erguidos no topo de ruas por onde a nossa vista alcançava a beleza ribeirinha ou, noutras direcções, o rendilhado das Águas Livres, os repousantes Parques Florestais de Monsanto, Benfica, Sintra, etc.

Nesta cidade, tão famosa e linda, hoje transformada numa horrosa garage (os carros já estão ocupando lugar até nos passeios da Avenida da Liberdade, após nos terem inteditado o Terreço do Paço, o Rossio e a Praça dos Restauradores!), não tardará que todos não só corramos os perigos mortais da Poluição, mas ainda, antes disso, nos vejamos entaipados, sem qualquer perspectiva de largos horizontes, com todas as ruas transformadas numa variante de pátios donde só enxergaremos céu e sol no pino do meio dia.

Já no decorrer dos tempos houve pragas e pestenenças que fizeram a vida negra aos nossos antepassados; e nós estamos sofrendo, por nos caberem em sorte, as consequentes do ritmo actual. É aguentar e ... cara alegre.

Um dia — já lá vai há tanto! — no cenário dum quadro de revista, via-se um bailarico popular, todo movimentado, música e cor, num aco-lhedor arrabalde de Lisboa: a *Fonte Santa*.

Quando, mais tarde, deparei com a sua existência real, pude observar o desafogo, naquele enfiamento a escorregar do alto do Casal do Baúto até à encosta da Tapada das Necessidades. De espaldar humilde e rústico, encimado por singela cruz, a água das bicas cantava nos respectivos tanques assentes no escadório que descia até ao vale onde hoje corre a Rua Possidónio da Silva — nome de um grande amigo desta nobre cidade.

Aquela cantilena, em tempo e no sozismo das terras de pão, seria a única e agradável companhia de Nossa Senhora dos Prazeres, demorada a cerca de cinquenta passos e à esquerda de quem sobe, e em cuja morada viria a estabelecer-se com loja de bebidas, o popular João da Ermida ⁽¹⁾.

Não se admirem. A Nossa Senhora da minha aldeia, a quem tantas gerações de mães dolorosas, confiantes e irmanadas pela Dor, ergueram ansiosas preces e dirigiram apelos de angústia e esperança, foi retirada para o cubículo da sacristia. Isto, muito antes do Concílio Vaticano II. «Qual fosse a causa daquela [...] levada, não a soube» — como diria Bernardim. Acreditem: tal humilhação não lhe foi imposta por ateus ou cristãos-novos...

(1) *Alcântara* (1920) — João Paulo Freire.

Na *Fonte Santa*, sem nada de monumental, havia no entanto um fundo de lirismo a emoldurar a tradição de dar de beber a quem tem sede e o seu pouquito de história, talvez suficiente para a colocar sob a guarda da ordenação de 20 (ou 21) de Agosto de 1721, que proibia «se destruissem em todo, nem em parte edificios ou antiguidades, que se entendessem erão de seculos, e se não danificassem ruinas, inscrições, laminas, cipós, moedas, medalhas...» etc. (2).

E agora a vêdes ali, Senhores, entaipada por um prédio em vias de acabamento, encostado mesmo à linha dos tanques despedaçados, autorizando a admitir se não um fim definitivo, pelo menos — sei lá! — a incorporação no quinchoso do intruso imóvel.

II

Em 1851 se publicou a *Memória*, de Veloso de Andrade. Vão passados 120 anos. Nesse livro se pode aprender, entre outras muitas coisas, esta elucidativa lição que desde já reconhecidamente se agradece como homenagem ao então notável Arquivista da C. M. L.

—«Hindo desta Bica para o Cemitério dos Prazeres, vê-se em frente um vallado, e n'elle uma pequena porta; é a entrada da mina que segue a direito, e a pouca distancia está a nascente aonde já ha annos fomos fazela limpar.

Em 1681 Mathias Branfelt, Proprietario d'uma Quinta ali proximo mandou abrir um Poço, e fazendo-lhe uma mina foi buscar a agua d'aquella nascente. Houveram logo queixas pela falta d'agua, e averiguada a causa o Senado mandou entulhar a dita mina; ao que o mencionado Branfelt se oppôs, até tirando ordem de prisão para todos os que ali trabalhassem; o que deu lugar a uma Consulta, com a data de 18 de Agosto do mesmo anno, que foi resolvida em 11 de Setembro seguinte, mandando entulhar a sobredita mina.

Tivemos informação, que esta nascente era propriedade particular, e hia correr dentro d'um grande tanque, que existe n'uma

(2) Academia das Ciências — Misc. Res 11-2-12.

Horta, ou Quintalão da Casa n.º 169, ali próximo, de que hoje é dono o Ex.^{mo} Sr. Visconde de Benagasil, não obstante o que a água era pública; e como por isso a dita Horta fosse inteiramente devassada por toda a gente que se queria servir da mesma água, um Proprietario antecessor a fizera encanar pela rua até ao sitio aonde agora corre; reservando os sobejos, que ainda vão para o mesmo tanque.

No frontespicio desta Bica ha uma Cruz, e na peanha da mesma está a era de 1735, e talvez fosse a epocha daquella Obra; o que já pretendemos averiguar pela Casa do mesmo Ex.^{mo} Sr.; porem achamos obstaculos, que não podemos vencer.»⁽³⁾



Como era a Fonte Santa

Aqui temos a *Fonte Santa*, vinda pelo menos da Era de Seiscentos, como a conheceu Veloso de Andrade. Mas naquele ano de 1681, por ele citado, a nascente já existia e a água era utilizada, pois o Mathias Branfelt

(³) *Memória sobre bicas, chafarizes e poços...* — José Sérgio Veloso de Andrade.

fez abrir um poço, para o qual e por via duma mina, surriprou o que seria *res nullius*... ou de toda gente, por ser pública.

A dedução impõe-se pela clareza. Mas se pegarmos no «Sumario de Varia Historia» (1872) e prestarmos atenção ao trecho intitulado de «A Lenda da Senhora dos Prazeres» logo nos convenceremos de vir embrulhada em dados históricos, alguns de bastante interesse. «Muito antes de 1599» — conta — já havia Fonte e Senhora! E esse *antes*, reportando-se a 1559 assinala uma linha de continuidade.

Ora vejamos...

«A LENDA DA SENHORA DOS PRAZERES

É tradição antiquíssima, que muito antes de 1599 apparecera a imagem da Senhora dos Prazeres sobre uma fonte, a que se deu o nome, que lhe ficou e ao sitio, de Fonte Santa, pelas grandes virtudes que a Senhora communicou à água que ali corria, para a cura de todas as enfermidades. O senado mandou depois fazer a arca e o tanque, pondo na gargula as armas da cidade.

Como aquelle terreno, onde estava a fonte, que ainda existe, pertencia ao Conde da Ilha, este levou a imagem para sua casa, e a collocou em seu oratório, ficando o palacio dos condes a pequena distancia da ribeira de Alcantara, onde esteve a Casa da Saude para os empestados.

Mas a imagem desapareceu do oratorio, e foi reaparecer sobre um poço que havia perto do local, onde veio a levantar-se a ermida.

Diz a tradição que a imagem se mostrara a uma innocente menina, mandando-lhe que dissesse aos vizinhos e a seus paes, que lhe edificassem uma ermida n'aquelle logar. A menina cumpriu o mandado, e foi acreditada. Também a imagem disse à menina que desejava que lhe dessem a invocação da Senhora dos Prazeres: e, porque assim fosse, ou porque a imagem apparecesse no dia em que a igreja celebrava os prazeres da Virgem, pela ressurreição do seu Divino Filho, assim se explica o chronista, lhe deram effectivamente aquella invocação.

Construiu-se a ermida sem grandesa nem ostentação no local designado. Os condes da Ilha lhe deram apenas o terreno, mas ficaram com o padroado. As despesas da festa eram feitas por devotos.

Continuando o que diz o chronista das imagens da Virgem, a imagem era muito linda, parecendo mais obra das mãos dos anjos, que de esculptores humanos. Era de fino alabrasto, lavrada, pintada e dourada por diante, e nas costas não tinha obra alguma, por onde se reconhecesse que era de alabastro. E aqui está a razão porque também parecia obra celestial, pois que os esculptores da terra, sempre se presam de acabar as suas obras com perfeição. As mãos da imagem eram de páo.

Nas festas lhe punham um manto muito rico e corôa de prata, e não tinha alampada também de prata por as portas da ermida não serem muito fortes, e o sitio deserto e exposto às maldades dos homens perversos.

Parece que os pobres é que concorriam para as festas e para as obras da ermida. O ermitão lá ia com o producto das esmolas, melhorando a ermida conforme podia.

Eis aqui a ingenua lenda da imagem da Senhora dos Prazeres, que, desde remotos tempos, em dia egual ao de hoje, é objecto de uma romaria.

Todas as imagens de mais devoção teem a sua lenda, caracterizada por apparições e desaparições, e milagres. Esta de que tratamos está no caso de muitas outras.

A procissão que sae da egreja parochial de Santos, na segunda feira, depois do Domingo da Paschoella, para a ermida dos Prazeres, foi instituida pelos moradores da mesma parochia, por voto que fizeram na occasião da peste de 1599. Como todas as procissões de voto, fazia-se de manhã, agora, porem, sabe de tarde.

No sitio dos Prazeres ha uma especie de arrayal.» (4)

Quem prestar atenção ao pequeno trelado do arquivista de 1851 tirará diversas conclusões e louvará o Senado de Lisboa — «aque por outro nome chamão Camera», explica Fr. Nicolau de Oliveira (5), — do velho Municipalismo, que agia com liberdade, poder e independência, talvez por não estar, então, assoberbado com as tarefas de hoje, advindas algumas, e bem absorventes, da representação e sujeição ao poder central.

Com o decorrer do tempo, foram-se criando, novas exigências e limitações a que não puderam e nós também não sabemos subtrair-nos. Está

(4) Sumário de Varia História — II, 56 — III, 237 — José Ribeiro Guimarães.

(5) Livro das Grandezas de Lisboa (1620) — Fr. Nicolau de Oliveira.

acudindo à minha memória aquela fábula em que figuram o leão, o cavalo e o homem...

A propósito de Senado — Camera — Municipalismo, não resisto à tentação de evocar algumas palavras do ilustre Professor Dr. Marcello Caetano (*). Escreveu em 1950, referindo-se ao Foral de 1111 dado a Coimbra pelo Conde D. Henrique:

—«Entre outras conquistas, os vizinhos obtiveram o direito a não serem executados sem prévio julgamento em concilium, isto é, pelos seus pares; o judex e o alcaide seriam escolhidos de entre os naturais da terra ...»

Noutra passagem, discorrendo acerca do Foral de Lisboa, de 1170 e em referência aos mouros vencidos, lembra-nos o estabelecido:

—«Nem judeu nem cristão terá poder (dado pelo monarca) para fazer seja o que for em seu detrimento. Os mouros elegerão de entre si um homem «da sua fé», e esse os julgará como seu alcaide (segundo as normas da Coroa).»

No caso de conflito entre cristão e mouro, o cristão-réu seria demandado perante o alvazil, enquanto o mouro-réu o seria perante o seu alcaide. Nota alta de respeito pela dignidade humana...

E o referido Mestre elucida que até cerca de 1339, as reuniões municipais se faziam na Sé que era o *forum* da cidade, ou no respectivo Terreiro; quando, um dia passaram a ter lugar numa sala, o Povo sentiu-se prejudicado e reclamou:

—«... os vereadores que são postos em cada lugar ou vila se apartam em lugares onde fazem suas posturas e outras coisas, que foi dano do concelho.»

Lembra-nos, o Sr. Prof. Marcello Caetano, que os mesteirais foram admitidos no Conselho Municipal:

—«O costume municipal prevalecia sobre decisões régias em cuja preparação o concelho não tivesse intervindo através de deliberação da assembleia ou representado pelo seu procurador.»

(*) *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1.ª Dinastia* — Marcello Caetano in Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Vol VII, 1950.

O Procurador do Concelho era eleito pela Assembleia dos homens bons e vê-se a acompanhar na Corte negócios da Assembleia. E se o Rei se atrevesse a desviar dos Tribunais Municipais causas do seu foro, logo vinham as reclamações.

Elas são tantas que encheriam tomos e tomos, não cabendo portanto nos acanhados limites do presente trabalho. Mas...

— «*Essa luta permanente (entre povo e poder) em prol da segurança e da legalidade, para que a execução seja precedida de julgamento em forma [...], essa luta é que dá bem a medida do que eram as liberdades concretas apreciadas e reivindicadas contra o arbítrio dos exactores subalternos, e do valor que para a garantia delas revestia a posse do poder de julgar pelas autoridades municipais.*»

A coragem e dignidade com que eram defendidos os direitos populares, muitas vezes se afirmavam da parte de mero funcionário ou pessoa singular. E tanto estes como o Senado, iam ora triunfando ora deixando escapar-se-lhe o poder, que a governação acumularia até ao endeusamento.

Relembremos apressadamente e sem comentários mais três passos: um de cedência perante a legalidade; dois de homens de um só parecer.

À reclamação por D. Afonso III ter criado, em seu benefício, uma feira nas proximidades da Alcaçova (Chão da Feira), foi respondido pelo monarca:

— «*Disseram-me que vos agravais de eu ter mandado fazer um dia de feira todas as semanas nas minhas casas contiguas à alcaçova dessa vila, exigindo renda por elas. Tinha entendido que isso era proveito meu e vosso. Mas, visto que vos agravais, e não entendeis que vos seja util, ordeno que não se faça mais a dita feira nas minhas casas... e que façais dora avante o chamado mercado onde julgardes mais conveniente, um dia por semana, conforme os usos do tempo de meu pai e de meu avô.*» (1)

Um dia, estando D. Manuel em aceitar avultada quantia pelo perdão de certa pena, falou nisso a João da Silva filho de Ayres da Silva. Este lhe retorquiui:

(1) *Oito Séculos de História* — I-164 — Edição da C. M. L.

— «*Se Vossa Alteza quer vender a justiça por dinbeyro, pode-c fazer como Prncipe foberano, que he, porém não fendo João Sylva Regedor, & affim lhe peço licença para desde logo arrimar o baf-tão.*» (8)

Quando D. João V, em 1742, estaria disposto a ceder uma casa a determinada família, o Procurador da Fazenda Rodrigo de Oliveira Zagaló, deu no Requerimento o seguinte parecer:

— «*Se hei-de dizer o que puramente entendo, como sou obrigado, digo que não posso pôr termo á Real Grandeza de Sua Magestade mas que há-de ser dando do que for seu e não do alheio, porque para isso não é necessario ser Rei.*» (9)

Cada um de nós, meditando um pouco, tirará as conclusões que houver por bem.

III

Não sei bem se a «Quinta ali próximo» (no dizer de Veloso de Andrade), a Quinta da Fonte Santa, será a «herdade dos Prazeres», terrenos que em 1590, denominados Terras dos Almeirões, serviram de cemitério aquando da Peste Grande (1569) que dizimou um sexto da população. Há probabilidades disso, mas não andaré longe se o não for exactamente. Também o nosso Gomes de Brito se lhe refere e cita Teófilo Ferreira (10).

Os cemitérios actuais não existiam, pois só foram instituídos, os dois primeiros — Oriental e Ocidental — em 1833, por ocasião da epidemia de cólera - morbus; e os enterramentos nas igrejas, proibidos em 1835. Também não deixaremos de lembrar que os cemitérios públicos — deviam situar-se pelo menos a 143 metros das primeiras casas — foram criados pelos Alvarás de 27 de Março de 1805 e de 18 de Outubro de 1806.

Nas Terras dos Almeirões estabeleceu D. Manuel a «Casa de Saúde», para isolar os pestíferos e onde — como algures se afirma — o 1.º Pro-

(8) *Anno Historico* (ed. 1714) — I-438 — P.º Francisco de Santa Maria.

(9) *Depois do Terramoto* — IV-383 — Matos Sequeira.

(10) *Lisboa do Passado e dos nossos dias* — J. Gomes de Brito — *Os Cemitérios de Lisboa* (1880) — Theófilo Ferreira.

vedor Fr. Lucas da Ressurreição «operou prodígios de caridade heróica». Ali deram entrada 22 563, curando-se 14 826. O mesmo Rei mandou abrir o Poço dos Negros nas terras à beira do caminho que das Portas de Santa Catarina seguia para Santos, para nele serem lançados os corpos dos escravos que até então ficavam, nus, a apodrecer ao sol e a servir de pasto aos cães esfomeados.

—Na minha aldeia — Vinhó —, situada no sopé-norte da Serra da Estrela, a pestenença de 1599 seguiu os mesmos trâmites e produziu, guardadas as devidas proporções, razia semelhante.

Como em Lisboa, também lá foi estabelecido, fora do povoado, um Campo de isolamento para receber todos os doentes, erigindo-se nele uma ermida de S. Sebastião. «Impedidos» de regressarem a casa ou à igreja, após o falecimento eram sepultados em cemitério eventual, lá mais distante. Ainda hoje, o sítio da concentração conserva o nome de *Capela*, como ao das sepulturas se apegou o de *Impedidos*, assinalado este por um rústico monumento conhecido por *Cruz das Almas*, erguido já na Era de Seiscentos por devoção do prior Baltasar Pina da Fonseca. E como havia sido Notário Apostólico, não se esqueceu de registrar, nos livros de Assentos, decorridas três décadas, os nomes de todos esses proscritos.

Em póvoa tão pequena, que 159 anos depois só contava 318 habitantes, a peste matou, naquele ano crítico, 39 adultos, esclarecendo-se que «*naõ fe efcreveraõ os pobres de fora q'faleceraõ*».

A *Fonte Santa* foi integrada na rede da formidável «Obra das Agoas Livres» paga inteiramente pelo povo de Lisboa e seu Termo mediante o imposto de 6 rs. por canada de vinho, 5 rs. por cada arrátel de carne, 10 rs. por canada de azeite, constante do Alvará de 26 de Setembro de 1759, não obstante nenhum Rei ter tido à mão e gastasse tantas riquezas — quintos das minas de ouro, a total produção das minas de diamantes, os vultosos empréstimos, etc. — sem deixar sequer com que lhe fizessem o funeral. Todavia, a Obra foi de tal grandeza e utilidade pública que nos sentimos inclinados a absolver o «magnânimo» perdulário D. João V.

Da parte dos valiosos executores, houve entusiasmo e decisão. Lê-se na «Linha fundamental do Aqueducto» ⁽¹¹⁾:

— «*Hey por bem, e mando, que o Superintendente, que nomeey para a mefma Obra, ordene logo com toda a brevidade poffivel, que*

(¹¹) Academia das Ciências, Res. 11-2-12, Docum. 91.

a dita Obra se faça pelas ditas terras (por onde convier), fazendas, moinhos, casças, quintas, quintaes, e herdades por onde houver de vir, ainda que sejaõ de peffoas privilegiadas, e de qualquer estado, condição, qualidade [.....] por quanto todos tem obrigação de dar paf-fagem à dita agoa e não ha privilegio algum que difto os escuze ... »

E «foi à hora das Avé-Marias no chafariz provisório das Amoreiras, em 3 de Outubro de 1744 que a agua correu pela primeira vez» (12). E enquanto se não adiantaram os trabalhos em curso, ficou a correr, ruas abaixo, desde o Rato até ao Tejo.

Levantou-se então um bico-de-obra: saber de que material seriam os canos a empregar subterraneamente até S. Pedro de Alcântara. Foram ouvidos, entre outros, Carlos Mardel, Manuel da Maia, P.^e Manuel de Campos (da C.^a de Jesus), Custódio Vieira, Dr. José Rodrigues de Abreu (médico da câmara real), Sargento-Mor José Sanches da Silva e Jorge da Mata Gião.

— «*Em S. Pedro de Alcantara se deve fabricar o Castello, ou erigir o foberbo depozito de todas as Agoas do Aqueduto, para se distribuir.....*» (13)

As opiniões foram dispares e, ao cabo de prolongada discussão, decidiram (parece-me) utilizar tubos de ferro. Ao longo do percurso, ainda se conservam as cabines de ventilação, vigilância e vistoria. E o tal Castelo ou Depósito, que custou 400 contos, se erigiu afinal nas Amoreiras, com a capacidade de 5500 metros cúbicos, as dimensões de 125 × 107 × 32 palmos e espessura de paredes 5,14 m (14).

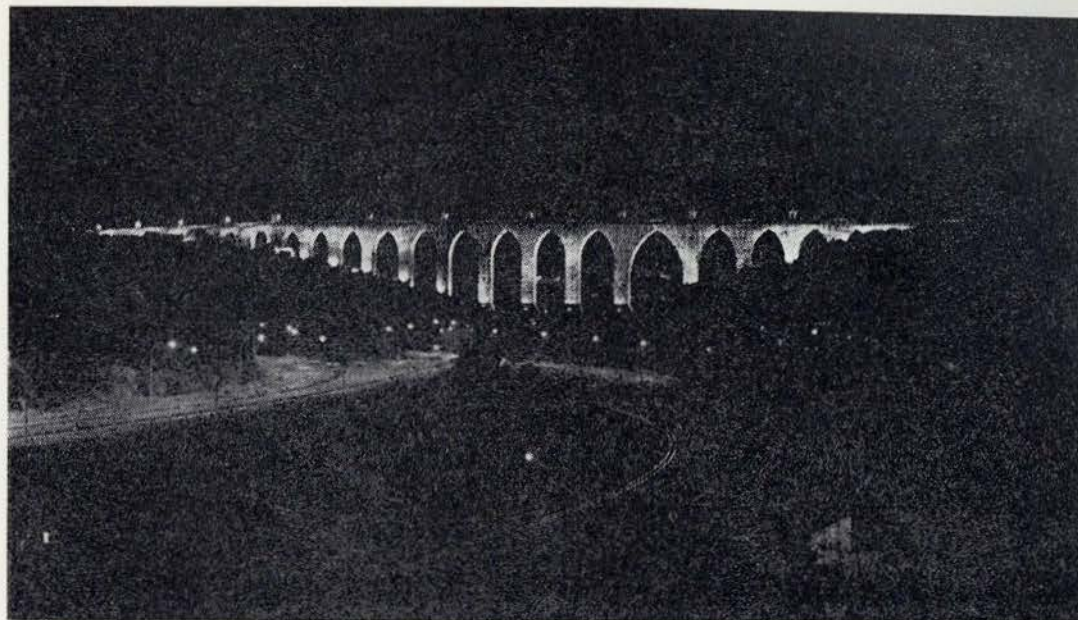
Dos 127 arcos de que se compõe o Aqueduto, 35 ficam sobre a Ribeira de Alcântara, tendo o maior 351 palmos de altura, com um vão de 108 pés e 5 polegadas «entre perna e perna». Desde Caneças, Belas e Salgueiro até Lisboa a *Agoa Livre* percorre mais de três léguas, lê-se no «Portugal». Mas Matos Sequeira e Norberto de Araújo deram-lhe 18 605 metros; no «Sumario» figura com «mais de 7 léguas» (Questão de por menores quanto a minas e ramais) (15).

(12) *Depois do Terramoto*, IV-395 — Matos Sequeira.

(13) Docum. Citado, da Bibl. da Academia das Ciências.

(14) Obr. citada, de Matos Sequeira, vol. IV-405 e seg.

(15) *Sumário* — Cristóvão Rodrigues de Oliveira.



Um trecho do Aqueduto (in História de Portugal, José Carlos Amado, Edição Verbo Juvenil)

Durante o tempo gasto na execução da Obra, o Povo pagou, pela via dos impostos para tal fim criados, a importância de 6460 contos de reis; registando-se um superávit de 1233 contos, o custo foi de 5227 contos de reis.

O chamado Passeio dos Arcos, a 65,25 metros de altura, foi fechado ao público, com prejuízo dos candidatos a suicidas e da quadrilha do Diogo Alves, que dele fazia campo de operações. À entrada, do lado da cidade, vê-se um vulto de guerreiro, obra do escultor italiano Giuste que, tendo vindo armar a capela de S. Roque, cá ficou a trabalhar ⁽¹⁶⁾.

IV

As águas de fontes, poços e minas a integrar no caudal, eram previamente analisadas, para de seguida abastecerem — além das fontes ornamentais como por exemplo as do Rossio — 64 chafarizes e bicas, 35 marcos fontenários e 10 fontes-bebedouros. Foram de grande categoria os chafarizes do Rato, da Mãe de Água, do Loreto (com um Neptuno, de

⁽¹⁶⁾ *Legendas de Lisboa e Peregrinações*, III L.º XI-85, Norberto de Araújo.

Machado de Castro, que custou 201\$000), de S. Paulo, das Janelas Verdes (com a Anfitrite, de António Machado que por ela recebeu 600\$000), da Esperança (traça de Carlos Mardel), etc. (17).

Esta rede pública de distribuição fornecia, por dia e gratuitamente, 1 359 720 litros; o consumo municipal, abrangendo regas e ruas, corresponderia a 45 litros diários por habitante.

Pois, para as necessidades da sua área, a *Fonte Santa* contribuía com 10 000 litros dos 90 metros cúbicos da sua produção; a de Campo de Ourique, para a sua, dava 20 000; os chafarizes do Carmo e do Loreto, 30 000; o da Esperança 54 000; e assim por diante... (18).

Ainda para marcar a posição da «amortalhada» *Fonte Santa*, registaremos mais alguns números dados por Veloso de Andrade.

A análise das suas águas vem expressa do seguinte modo: Temperatura a da atmosfera — 57° (Fahrenheit); Peso de um pé cúbico — 76 libras e 10 onças; Gravidade específica — 1015,09.

Na citada Miscelânea da Academia (docum. 91, pág. 18 e 19) encontra-se também, quanto à acção de agregar as fontes à Obra em curso, o seguinte passo:

— «Especialmente ordeno, que se comprem as casas, que foraõ de Manoel Teixeira de Carvalho, fitas defronte do Convento de S. Pedro de Alcantara, e compradas sejaõ logo demolidas, e vendidos os materiaes dellas, e o procedido da venda dellas mettido no Cofre; e que da mesma forte se vendão logo as fazendas que não forem neccessarias para a Obra, especialmente a Quinta da Fonte Santa, e suas pertenças, que tem junto das Agoas Livres, e feu producto se meta no Cofre para se gastar na Obra, e as vendas, que das taes fazendas se fizerem, ferão por rematação a quem mais der, pondo-se em lanços, e a pregão;.....

23 de Outubro, 1738

Rey.»

(As expropriações que tiveram de fazer-se importaram em 91 139\$711 rs.)

(17) O. Cit. de Matos Sequeira, IV-424 e 437 e *Memória das Aguas de Lisboa* — A. Pinto de Miranda Montenegro.

(18) Obr. Cit. de Matos Sequeira.

Ou por influência de certa morosidade, ou mesmo devido à grande extensão dos trabalhos, os anos iam dobando antes do acabamento definitivo. A data lavrada em alguns dos chafarizes dispersos na cidade, depõe a tal respeito.

Em 1845, segundo o mesmo autor de «Memórias sobre chafarizes», a *Fonte Santa* fornecia, ao Aqueducto Geral, 2 Aneis/5 Penas de água ⁽¹⁹⁾.

Era uma ajuda e bem necessária, como a seguir fica provado. No *Sumário de Vária História* se diz e na *História de Portugal* (Vol. 5.º - pág. 924) de La Clède se repete.

— «O fornecimento das águas a Lisboa foi sempre dificultoso, mesmo no tempo das maiores empresas dos portugueses.

«Já em tempo de el-rei D. Manuel se cuidou desse assunto; depois, seu filho, o afamado infante D. Luís, também fez algumas tentativas para esse fim. El-rei D. Sebastião tentou sèriamente de prover de água a cidade, para isso se juntou dinheiro, mas em 1619 o senado consumiu-o em festas a Filipe III.

«Em 1683, o presidente, vereadores, procuradores dos mesteres foram ao sítio da Água-Livre, examinaram a nascente e acharam 30 aneis de água. Entenderam que, não sendo suficiente, não valia a pena intentar obra alguma!

«Em 1700 julgou o senado que eram necessários 40 aneis para o movimento da cidade, como se vê dum requerimento de Theofilo Dupinant, francês, que se propunha a fazer o provimento.

«Por muitos anos e até séculos estiveram os governos a namorar a nascente da Água-Livre, sem ousarem conquistá-la para a cidade, até que em 1731 se levou a efeito a empresa.»

A proposta nesse sentido dirigida ao rei, no ano de 1728, foi da iniciativa do «Zeloso e activo procurador da cidade Cláudio Gorgel do Amaral».

V

É de admitir e compreender que, perante um bem público de tanta utilidade e valor, surgissem grandes dificuldades e estorvos, não obstante

(19) *Memória* ... — Veloso de Andrade.

as claras determinações reais e a categoria dos responsáveis pela defesa do património e execução das tarefas. Em quaisquer circunstâncias, logo aparecem os habilidosos no esfalfamento de chegarem a brasa à sua sardinha.

Pelo que de si deixou memória escrita, uma das grandes encrenças a exigirem oposição frontal, foi levantada pelos padres do Oratório. A serem atendidos, criava-se um precedente que traria ambições em cadeia. Transcreveremos umas pequenas passagens elucidativas ...

O famoso Eng. Carlos Mardel aproveitou o seu depoimento sobre o caso do material a empregar na secção do Aqueducto, do Rato a S. Pedro de Alcântara, para marcar o seu oposicionismo à pretensão oratoriana. E disse ...

— «... ..»

Mas como esta fua extraordinaria despeza, que chega a muitos milhoens fe entendeo offendida como (= com o) requerimento dos Padres da Congregação do Oratorio para a nova caza das Neceffidades, que fe diz intentavão levar duas telhas de agua, extrabindo-a do mefmo grande Aqueducto no fitio de Campolide acudiu o Zelo, e amor da justiça e da verdade a impedir esta lamentavel offensa do povo, fazendo-fe as feguintes fupplicas, e representaçoens a Sua Mageftade, ao Senado da Camara, como cabeça politica desta grande Cidade e a Junta da adminiftração das obras, e confervação das mefmas Agoas Livres, para fe introduzirem em Lisboa.» (20)

E mais adiante, consta da mesmo depoimento...

— «..... feria do feu Real defagrado e contrario às fuas refoluçoens o tirar-se agoas do Aqueducto para particulares, pois fòmente fe destinavão, que em diversos fitios fe havião distribuir ao bem publico da Cidade. Sendo pois o Aqueducto conftruido para trazer as Agoas Livres às fontes, que de novo haõ fervir aos moradores, e a fua fabrica a difpendios dos tributos, que pagam, he fem duvida inexplicavel o fufto, e sentimento, em que fe acha este obedientiffimo povo com a certeza da supplica dos Padres da Congregação do Oratorio para que fe lhe conceda por V. Mageftade huma grande porção das agoas do Aqueducto, para o feu Convento, ou Collegio das Neceffidades, efquecendo, ou fazendo, que ignoraõ as reiteradas refoluçoens,

(20) B. Nacional, FG — Caixa 189 — Doc. 12 — Memória relativas ao Aqueducto.

com que se tem declarado V. Magestade de que nem huma fó penna se conceda a quaesquer casfas, ou conventos particulares, por se conduzir toda para as fontes da Cidade.» (21)

Depois de mais considerações a rebater na petição, afirma-se...

— «*Não falta aos Padres das Neceffidades excellentes agoas, e não distantes do feu Convento, porque tem as da fonte da Pimenteira, e da quinta do Sargento Mór, hoje Tenente Coronel, que lhes venderà, para que se levem por canaes para os ministérios da sua Commuidade, que intentar se lhes concedaõ as do grande Aqueducto que se fabrica para este povo, para commum do publico, e não para regarem hortas dilatadas, correrem fontes nos feus jardins, e se distribuirem nas officinas ao arbitrio da sua liberdade, he o mais inaudito, e o mais injusto empenho, a que não aspiraõ tantas, e tão esclarecidas Cõmunidades, que illustraõ esta Cidade.*

Assim [.....] seja fervido não attender a supplica dos Padres, declarando, que do Aqueducto se não divirta alguma por ser toda para beneficio do povo nas fontes destinadas.

E. R. M.»

Estava-se em 1742. O Povo de Lisboa apelava para o Senado do seu Município...

— «... ..

Sendo pois toda esta magestosa Obra, conftruida pelo dinheiro do povo, fó deve fervir ao mesmo povo, que he o Senhor do Aqueducto, e não a particulares.....

E mais adiante, depois de ficar expresso que as Comunidades religiosas, para se eximirem ao imposto, «se fornecem de azeite, vinho e carne e outros géneros em sítios onde não são onerados com o respectivo tributo», diz-se...

(21) Pena era medida correspondente ao caudal de 1 litro por minuto; o anel correspondia a 12 penas. Os meus agradecimentos ao ilustre Eng.º e Arq. da Paisagem Francisco Lopes de Melo.

— «... fe fe vir agora, que os Reverendos Padres da Congregação do Oratorio requerem, e com toda a força intentão, que Sua Magestade contra as fuas providas difpoziçoens, lhe conceda huma extraordinaria quantidade da agoa do noſſo Aqueducto para regar as fuas hortas, correr nas fontes dos feus jardins, e fe deftribuir à fua vontade nas officinas do feu novo Convento das Neceſſidades. Verdadeiramente, que não pode haver mais injuſto requerimento! Quer-se para huma caſa particular, o que fe decretou para o publico, fem deſſenderem couſa alguma no Aqueducto! Pertenderem os Padres da Congregação, o que fe tem negado às mais Religioens, que fervem a Deos, e ao proximo com o meſmo Zelo, e não deſigual proveito deſta Cidade? Se aos Padres da Congregação das Neceſſidades fe conceder, o que pedem inſtaraõ as outras Communitades (...) e com eſcandalo da juſtiça, e deſprezo da razão, fervirá o Aqueducto para o proveito particular dos Conventos, e não para remedio de tantos moradores, que o fabricaraõ com o feu proprio dinheiro nos tributos que tem pago!»

E vinham pagando desde 1730. O Senado, como é óbvio deu andamento às queixas da Cidade. Mas, como vale mais prevenir que remediar, os munícipes ainda representaram à «Junta das Agoas Livres»:

— «..... Affim pede o Juiz do povo a voffas mercês, em nome de todos os moradores deſta Cidade, que logo fação o que lhe pede o feu Zelo, e que inſtem a Sua Mageſtade acuda com a providencia, e authoridade de feu Real Decreto para que os Padres não tenhaõ a noſſa agoa do Aqueducto por ſer eſte fabricado com o noſſo dinheiro; e o meſmo Senhor o querer fómente para as fontes publicas da Cidade, e não particularmente para Conventos ou Palacios porque a eſtes fe pode conduzir, da que fobrar das meſmas fontes fem prejuizo do publico deſta Cidade.

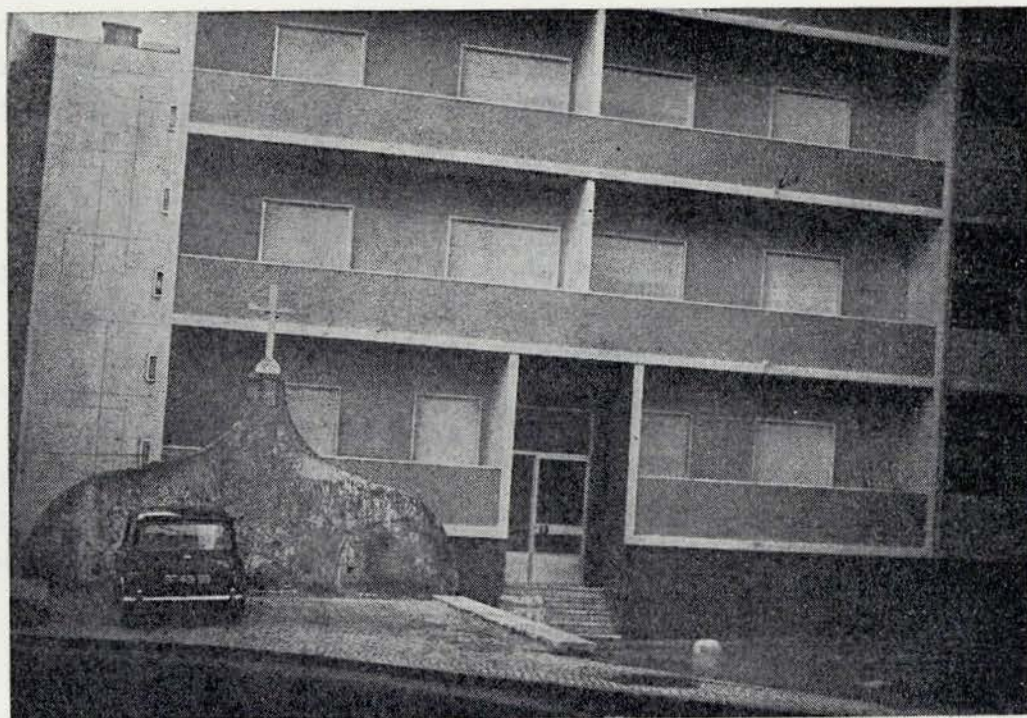
E. R. M.»



A existência das pessoas e das coisas transcorre numa espécie de arco-íris, que vai subindo em vigor e beleza, e depois desce, apagando-se

progressivamente até se extinguir. A imagem é de Dante: — «*La nostra vita é siccome uno arco montando e volgendo...*»

A *Fonte Santa* haverá findado o seu ciclo. Dalguma forma, seguiu a rota normal, não tendo de, em certa medida, estranhar-se a propositada aceleração impelida à sua fase actual. O bucolismo perdeu-se e foi ficando nas voltas do caminho.



Sem tanques nem a música das bicas

Os promotores da funcionalidade e do utilitarismo dos espaços e das edificações, talvez fossem ajudados pela circunstância de Lisboa estar privada, durante muitos anos, dessa poesia: as bicas e os tanques secaram, reduzidos a silenciosos recipientes de lixo. Um dia, porém, a água cantante e cristalina voltou, e todas (?) elas passaram a ser iluminadas de noite, para realce da sua beleza. Quase uma Ressurreição...

Menos afortunada, a *Fonte Santa* já não mereceu banhos de luz. Não quereríamos vê-la a gozar, ainda agora, do bulício e préstimo da sua equipa de distribuição: 33 aguadeiros, 1 capataz e 30 ligeiros, a esgueirarem-se por entre as carroças e transeuntes, na pressa de servir a freguesia. Mas lamentamos a sua miséria presente.

E como se tal percebesse, «Aquela pobre fonte sem beleza [.....] beijou-me os olhos», de agradecida, como a lembrar-se do Harry, criado por António Patrício no seu *Serão Inquieto*, que as distinguiu, pelo mundo fora, simplesmente pelo timbre das suas vozes musicais batidas nas taças de alabastro (22).

Ao velho, tradicional e histórico Municipalismo português aconteceu como ao relinção cavalo da fábula; sobre a fonte aonde vinha a nascente em que a ingenuidade popular fazia aparecer muito antes de 1559 — parece-me — a sua «Nossa Senhora», vereis a cruz a simbolizar a tragédia que a tornou *Mater Dolorosa* e neste momento também significa: Requiem pela *Fonte Santa*.

(Trabalho lido na sede do Grupo,
no serão de 16 de Março de 1972)

(22) O Homem das Fontes, in *Serão Inquieto* — António Patrício.



RELATÓRIO

DA

JUNTA DIRECTIVA

referente ao ano de 1971

Ex.^{mos} Consócios:

Nos termos do artigo 33.º dos nossos Estatutos, há que apresentar a V. Ex.^{as} o Relatório sumário do acontecido no ano findo.

Durante o ano de 1971 realizaram-se, além da Assembleia Geral, o que consta dos suplementos publicados referentes a OLISIPO n.ºs 130 a 132.

Os membros directivos falecidos foram substituídos durante o ano por sócios, retirados da lista dos substitutos, que tomaram posse nos termos legais. Durante o ano foi o seguinte o movimento dos sócios:

Existiam em 1/1/971	876		
Honorários	2	878	
Faleceram	31		
Demitidos	38	69	
		<hr/>	
		809	
Admitidos	40		
Readmitidos	2	42	851
		<hr/>	

Faleceram durante o ano os sócios seguintes:

- 62 — Luís Pastor de Macedo
- 101 — D. Maria de Portugal Leitão
- 350 — Mário Braga
- 380 — Joaquim Magalhães Diogo
- 493 — Eng.º Pedro Bello

- 777 — Leonel António Nobre
 1295 — Dr. Diniz Bordalo Pinheiro
 1586 — Dr. João de Matos Rodrigues
 1649 — Domingos Damasceno de Carvalho
 1775 — Mário da Conceição Costa
 1885 — Ruy d'Almeida Vasconcelos Almadanim Mousinho
 1945 — Manuel Nunes Tiago
 2071 — Dr. Fausto José Amaral de Figueiredo
 2075 — D. Adelina Simões Gadanho
 2134 — Alberto da Cunha e Silva
 2341 — José Lourenço Marques
 2463 — José Fontes de Mello
 2857 — Rafael Henrique Ludovice
 2938 — Coronel Aníbal Afra Nozes
 3016 — Capitão Jorge Figueiredo de Barros
 3117 — Ralph Delgado
 3122 — Henrique George d'Almeida
 3179 — Pedro Sequeira
 3203 — Francisco Fernandes
 3305 — Dr. Eduardo de Castro Maia Mendes
 3463 — D. Assumpção Lopes Gonçalves Santos
 3479 — D. Laura Luz da Silva Soares
 3513 — Arménio da Cunha Mendonça
 3541 — Leopoldo Criner J. Dintel
 3546 — Capitão Carlos António Parreiral da Silva
 3594 — Eng.º Afonso de Castilho

Todos nos merecem uma palavra de saudade. São de referir os nomes de Luís Pastor de Macedo, Mário Costa e Coronel Afra Nozes, todos nossos colaboradores na actividade administrativa: Pastor de Macedo, um dos fundadores do Grupo e o primeiro Secretário-Geral, já de há muito afastado por doença e a quem o Grupo muito deve na sua organização inicial; Mário Costa e Coronel Afra Nozes a quem o Grupo fica devendo altos serviços. Também perdemos um sócio venerando, descendente de Júlio de Castilho, o Eng.º Affonso de Castilho, que com 84 anos nos deixou.

Lamentamos profundamente o passamento de todos.

No ano findo, o Grupo realizou algumas visitas, fora da Cidade e no nosso âmbito, de alto interesse a monumentos como a Igreja de Santa Cruz do Castelo. Igualmente fomos visitar a Capela e o Sítio da Nazaré, dirigida esta visita pelo nosso consócio Dr. Silva Ascenso e a propósito da qual o nosso Boletim OLISIPO n.º 132 reproduziu as suas palavras.

Entre as actividades do ano há que referir, pela sua importância, a exposição de litografias, gravuras, etc., de trajos nacionais da notável colecção da nossa directora Dr.^a D. Anna-Maria Pereira da Gama, e a exposição de aguarelas e desenhos do nosso consócio, o pintor Sr. Fausto Beleza.

Também em Fevereiro projectámos uma série de diapositivos (cerca de 200) que nos foi generosamente oferecida pela Comissão de Turismo Belga sobre praias e paisagens da mesma nacionalidade. No fim de Fevereiro o Sr. Dr. Manuel de Carvalho Moniz realizou nas nossas salas uma interessante conferência, cujo texto foi publicado sob o título «Eborenses em Lisboa». Também o adido cultural da Embaixada do Brasil, Sr. Dr. Leandro Tocantins, realizou, na nossa sede, uma interessante conferência sobre «Brasil e Brasileiros», em que focou o contacto do homem com a terra sobre a grande empresa agrícola e industrial da cana do açúcar e os ciclos económicos do ouro, do couro, do café e da borracha; depois da grande Guerra aludiu à exportação de produtos industriais, e sendo um dos países mais populosos do mundo, com milhões de habitantes, actualizou também a produção do petróleo, a energia eléctrica e o nível de emprego nas indústrias e na frequência das matrículas do ensino superior. A conferência foi presidida pelo Presidente do Grupo, ladeado pelo Secretário-Geral, Dr. Cassiano Neves, e pelo escritor Joaquim Paço d'Arcos.

Também oportunamente visitámos, dirigidos pela respectiva Conservadora, Dr.^a D. Maria Helena Coimbra, o interessante Museu de Arte Popular, em Belém. O mês de Maio foi ocupado por uma interessante conferência do Sr. Coronel Lacerda Machado, e uma notável exposição sobre a realização da nossa visita à Festa dos Tabuleiros, em Tomar, que constou de publicações, louças etc., da colecção Lacerda Machado, tendo sido passados alguns diapositivos da colecção da Sr.^a Dr.^a Pereira da Gama. Na exposição foram distribuídos alguns doces regionais de Tomar, solicitados pelo conferente, e expostas algumas

obras de arte e literárias, entre elas a conferência do Brigadeiro Amorim Rosa.

Em Junho, numa visita à Estação Fruteira de Castanheira do Ribatejo, com um almoço na Estalagem da Lezíria, em Vila Franca, sob a direcção do nosso consócio Sr. Dr. Leonel Ribeiro, foram visitadas as piscinas locais e o mesmo senhor falou sobre as pesquisas arqueológicas da antiga localização de Vila Franca de Xira. A 20 de Junho foi visitada a Igreja de Santa Cruz do Castelo, em Lisboa, assente sobre a muralha e que possui a imagem de S. Jorge e as várias peças da sua indumentária na procissão respectiva. No início das férias tomámos parte num passeio no Tejo, cedido pela Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa e fomos por Grândola-Adoxe visitar, sob a direcção do Sr. Dr. Leonel Ribeiro, Tróia onde foi servido um almoço tipo «panier». Realizou-se uma visita às novas instalações da TAP e efectuou-se um almoço comemorativo do 35.º aniversário do Grupo, no Hotel Embaixador. Terminou a nossa actividade com a realização dum colóquio, o n.º 68.º, sobre urbanização ordinária da Cidade, cujo estudo será continuado por uma Comissão, constituída pelo Eng.º Júlio Eduardo dos Santos, Dr. Braga Paixão, Arq.º Veloso dos Reis, etc.

Depois de uma conferência com o Presidente da Junta Directiva, o Sr. Ruy Ferrão, da Rádio Televisão Portuguesa, veio com a sua equipa, nos dias, 2, 3 e 4 do mês de Novembro, filmar a sede e o seu recheio e também ouvir alguns dos seus Directores. A 13 do mesmo mês foi transmitida pelo 2.º canal uma extensa reportagem sob o título «Sabe o que são os AMIGOS DE LISBOA?».

Oportunamente o Grupo fez-se representar no convite do Rotary Clube de Lisboa, em que o Doutor João Simões Raposo fez uma conferência sobre Santo António e a que assistiu o Presidente do Grupo «Amigos de Luanda», Dr. Duque Fonseca. Representou-se ainda numa recepção que nos foi oferecida pela Associação Lisbonense dos Proprietários.

O Balancete que a seguir se publica elucida V. Ex.^{as} sobre o estado actual financeiro do nosso Grupo, dando-nos um saldo positivo de Esc.: 3 508\$38. A colaboração da Comissão de Contas foi-nos sempre altamente preciosa.

Aos dirigentes das nossas visitas, à Imprensa e às Emissoras de Rádio e Televisão, são devidos os nossos agradecimentos pela sua colaboração.

O pessoal, como de hábito, cumpriu.

Propomos pois:

- A) Um voto de sentimento pelos sócios falecidos.
- B) Agradecimento à Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa pela dedicação e solicitude com que nos tem acarinhado.
- C) Agradecimento à Imprensa, Rádio e Televisão.

Lisboa, 31 de Dezembro de 1971

A JUNTA DIRECTIVA

O PRESIDENTE

Doct. Méd. Eduardo Augusto da Silva Neves

O VICE-PRESIDENTE

Dr. Álvaro do Amaral Barata

O SECRETÁRIO-GERAL

Dr. José Cassiano Neves

O TESOUREIRO

Inocêncio Castelhana

OS VOGAIS DA JUNTA DIRECTIVA

Dr. Paulo Caratão Soromenho

Pe. Francisco dos Santos Costa

Dr.^a D. Anna-Maria Pereira da Gama

O SECRETÁRIO GERAL-ADJUNTO

Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho

BALANÇO

CONTAS	ACTIVO	PASSIVO
Fundo Variável		26 796\$04
Subsídios da C. M. L.		104 000\$00
Emblemas	130\$00	
Biblioteca	13 324\$62	
Móveis e Utensílios	401\$50	
Consignação de c/ Própria		6 628\$00
Devedores e Credores	106 956\$50	11 062\$44
Devedores e Credores c/ Consignação	6 620\$50	73 102\$68
«Olisipo»	18 924\$00	
Caixa	665\$90	
Consignações de c/ Alheia	73 583\$60	
Valores à Cobrança	1 066\$70	
Edições	3 425\$22	
Resultado do Exercício		3 508\$38
	225 098\$54	225 098\$54

Conta dos Resultados do Exercício de 1971

CONTAS	DÉBITO	CRÉDITO
Receitas Diversas		1 925\$90
Emblemas		7\$50
Jóias		1 260\$00
Cartões de Identidade		105\$00
«Olisipo»	19 549\$90	
Consignações de c/ Aleia		7 277\$68
Gastos Gerais	95 557\$80	
Realizações Culturais	1 623\$50	
Cotas		109 370\$00
Edições		293\$50
Resultado do Exercício	3 508\$38	
	120 239\$58	120 239\$58

PARECER
DA
COMISSÃO DE CONTAS

referente ao exercício de 1971

Ex.^{mos} Consócios:

Tendo apreciado o relatório e as contas da Junta Directiva, referentes ao ano de 1971, a Comissão de Contas continua a ver com apreensões a situação do Grupo, embora este ano os resultados do exercício se cifrem com um saldo positivo de 3508\$38 e o prejuízo com as realizações culturais tenha sido apenas de 1623\$50, bastante inferior ao do ano de 1970, que foi de 5138\$60.

É que o número de sócios continua a diminuir, apesar de ter sido admitido um número maior que no ano anterior. Assim, existindo, no final de 1970, 876 sócios, no fim de 1971, esse número estava reduzido a 851.

Há que assinalar o importante subsídio de 100 000\$00, com que a Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa se dignou contribuir para a manutenção do Grupo.

Nestes termos, tendo verificado a exactidão das contas, temos a honra de propor que aproveis o seguinte:

a) Relatório e contas do exercício, incluindo os votos consignados no mesmo;

b) Um voto de louvor à Junta Directiva, pelo zelo com que geriu os actos administrativos.

Lisboa, 10 de Janeiro de 1972.

A COMISSÃO DE CONTAS

O PRESIDENTE

Coronel Francisco Pereira de Lacerda Machado

O SECRETÁRIO

Hygino Nunes da Silva

O RELATOR

Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos

Na

LIVRARIA PORTUGAL

... encontra V. Ex.ª livros sobre
todos os assuntos escritos nas
principais línguas europeias

Damos informações biblio-
gráficas e aceitamos enco-
mendas para todos os países

LIVRARIA PORTUGAL

Rua do Carmo, 70 - 74

Telefones: 3 05 82 - 3 05 83 - 32 82 20

LISBOA-2

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA (DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Capital Social: 294 100 000\$00



Empresa portuguesa para pesquisa
e extracção de diamantes em regime
de associação de interesses com a
PROVINCIA DE ANGOLA



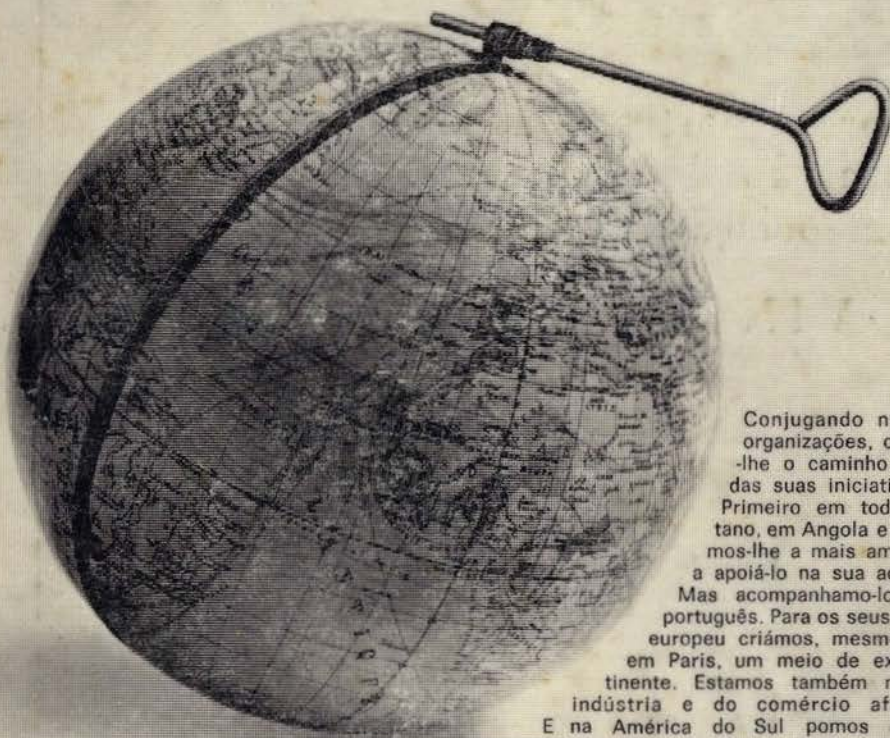
SEDE SOCIAL
Rua dos Fanqueiros, n.º 12
LISBOA

DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA
DUNDO — ANGOLA

REPRESENTAÇÃO EM ANGOLA
Rua Avelino Dias, n.º 59
LUANDA

TELEGRAMAS :
DIAMANG

Uma só chave Um mundo de serviços



Conjugando num só bloco as nossas organizações, o nosso objectivo é abrir-lhe o caminho para o desenvolvimento das suas iniciativas.

Primeiro em todo o território metropolitano, em Angola e Moçambique. Aí oferecemos-lhe a mais ampla rede bancária, pronta a apoiá-lo na sua actividade.

Mas acompanhamo-lo ainda fora do espaço português. Para os seus contactos com o mercado europeu criámos, mesmo no coração da Europa, em Paris, um meio de expansão em todo o Continente. Estamos também no centro nevrálgico da indústria e do comércio africanos — Joanesburgo.

E na América do Sul pomos à sua disposição outro escritório, em Caracas. Perto de si onde quer que se encontre.

Dois bancos num só: Banco Borges & Irmão - Banco de Crédito Comercial e Industrial. A chave do seu progresso.



Banco Borges & Irmão

**BANCO DE CRÉDITO
COMERCIAL E INDUSTRIAL**